

# Romanos

*Notas de aula*

## Introdução a Romanos

### **IMPORTÂNCIA DA EPÍSTOLA**

- É um dos livros bíblicos mais significativos e com maior número de comentários e estudos. Os maiores teólogos da história da igreja escreveram comentários sobre Romanos. De fato, o estudo das epístolas paulinas (em especial Rm) está atrelado às mudanças renovadoras geradas nos momentos mais críticos da igreja cristã.
  - Orígenes (cerca de 250) escreveu uma obra de 15 volumes sobre Romanos.<sup>1</sup>
  - Melanchthon (em 1521) traçou as doutrinas iniciais luteranas a partir de Romanos.
  - Tyndale (em 1534) sugeriu que cada cristão leia Romanos diariamente, por sua preciosidade.
  - Calvino declarou (em 1539) que Romanos, corretamente entendido, é uma porta de acesso aos tesouros bíblicos mais profundos. Foi o primeiro livro em sua longa lista de comentários.
- É a epístola mais extensa do NT e a mais importante teologicamente.<sup>2</sup>
  - Trata da relação entre judeus e gentios na igreja.
  - Trata da justificação pela fé, princípio básico do cristianismo.
- Foi impactante para diversas pessoas que mudaram positivamente a história da igreja:
  - Agostinho (386). Converteu-se de sua vida dissoluta ao ler Rm 13.13-14, como narra em sua obra autobiográfica *Confissões* (§8.12.29). Sua teologia está fortemente ancorada em Rm.
  - Lutero (1515). Entendia a expressão “justiça de Deus” em Romanos como uma justiça retributiva (segundo os méritos de cada um); isso o angustiava por não se considerar digno diante de Deus, até que compreendeu que a expressão se refere à justificação do crente pela fé. Seu comentário sobre Romanos foi o ponto inicial da Reforma.
  - Wesley (1738). Converteu-se ao ouvir o prefácio do comentário de Lutero a Romanos. Sentiu seu coração “estranhamente aquecido” e percebeu que confiava em Cristo para sua salvação.
  - Barth (1918). Empolgou-se com a descoberta do antigo evangelho em Romanos, rompendo com a teologia liberal de sua época.
- É importante para a vida prática cristã.

### **CONTEXTO HISTÓRICO**

- Local de escrita: Corinto, entre 54 e 58 d.C. (provavelmente 57, no final da 3ª viagem missionária).
  - Deduz-se isso por Paulo estar hospedado na casa de Gaio (Rm 16.23; 1Co 1.14), a caminho de entregar a coleta (ajuda financeira) aos irmãos de Jerusalém (Rm 15.25).
  - Na cronologia paulina, sua 1ª visita a Corinto foi em 50–52 (Gálio como procônsul, At 18.12), o que coloca sua 2ª visita ali em 56–57. Sua viagem para Jerusalém sugere 57 como data da carta.
- Ocasão: Paulo não fundou a igreja em Roma, que provavelmente era formada por múltiplos

<sup>1</sup> Cranfield (p. 30-44) fornece uma história da interpretação de Rm até 1975.

<sup>2</sup> Boas observações em Bray, p. xvii-xxi.

grupos pequenos (aparentemente uns 7 no mínimo: 16.3-5,10-11,14-15). Visto que planeja uma visita à igreja (1.15; 15.22-29), ele apresenta suas credenciais e teologia.

- Destinatários: igreja de gentios (1.13), na maioria, e judeus (4.1).
  - Não se sabe com certeza como a igreja em Roma surgiu, pois nem Paulo (1.8-15; 15.22-33) nem Pedro a fundaram. Provavelmente se formou a partir de judeus romanos convertidos no Pentecostes (At 2).
  - Já havia cristãos judeus lá em 49 d.C. (At 18.1-2), quando o imperador expulsou os judeus (puderam voltar 5 anos depois). Estima-se que 10% da população ali era judia.
  - Parece que havia forte vínculo com a igreja de Jerusalém, com grande influência de Pedro e Tiago e uma abordagem mais judaica às práticas (mas não eram judaizantes).
- Autoria: Paulo, via o amanuense Tércio (Rm 16.22). Sua autoria tem sido aceita desde os tempos pós-apostólicos (Clemente, Policarpo, Inácio).

## **PROPÓSITOS**

- Não há um propósito único claramente identificado. Os estudiosos sugerem múltiplos objetivos:
  - 1) Pastoral: resolver questões internas ou conflitos da igreja em Roma entre gentios e judeus.<sup>3</sup> Esse é provavelmente o “dom espiritual” que desejava repartir (1.11): o “seu evangelho”.
  - 2) Missional: buscar apoio logístico para seus planos de viagem missionária para a Espanha.
  - 3) Apologético: apresentar e defender a sua teologia diante de uma igreja que ele pouco conhecia, devido às acusações dos judaizantes.

## **TEMAS**

- Desde a Reforma se considera que seu tema principal é a “justificação pela fé”, com 1.16-17 como tema da epístola.
- Contudo, a epístola abrange diversos outros tópicos. É melhor considerar seu tema como o evangelho anunciado por Paulo, que inclui:
  - A “justiça de Deus” (1.16-17).
  - A unidade teológica e prática entre judeus e gentios na igreja (1.17; 11.11-24) e o lugar de Israel no plano de Deus.<sup>4</sup>
  - Cristo como novo representante da humanidade (outro Adão) (5.12-21).
  - O papel do Espírito Santo na vida do crente e da igreja (em especial no cap. 8).
  - Pecado (1.18–3.20), justificação (3.21–4) e resultados (5), santificação e glorificação (6–8).
- A epístola baseia sua argumentação na narrativa básica do evangelho:
  - O plano redentor e os propósitos de Deus Pai;
  - A concretização dessa redenção divina da humanidade pela obra de Jesus;
  - A atualização dessa redenção na história e na vida das pessoas pelo ministério do Espírito Santo.
- O termo “Deus” ocorre 153x, mais do que em outros escritos do NT, exceto 1Pe e 1Jo.

---

<sup>3</sup> Incluem-se aqui o conflito entre os “fortes” e os “fracos” (14.1–15.13) e relação com o Estado (13.1-7).

<sup>4</sup> Moo, p. 25-28.

## **FORMATO LITERÁRIO**

- Segue o gênero e o formato de uma epístola: abertura, corpo, conclusão. Muitos no passado apenas consideraram a epístola como um compêndio de teologia sistemática. Contudo, alguns dos tópicos essenciais da teologia paulina estão ausentes em Rm. Assim, a carta deve ser lida no contexto histórico apropriado que a gerou. De qualquer forma, a epístola possui um duplo caráter: 1) é dirigida a um grupo específico de pessoas, como numa carta (introdução e conclusão); porém, 2) muitos de seus argumentos são apresentados de forma genérica, como num tratado (seções centrais). Enfim, é classificada como uma epístola de apresentação que traz ensino a seus leitores.
- Usa diversas vezes a diatribe helenística: questões e respostas retóricas (2.1-5,17-29; 3.1-9; 9.19-21; 11.17-24; 14.4,10).
- Usa material confessional da igreja primitiva (1.3-4; 3.24-26; 4.25; 10.9; 11.33-36).
- Enquadramento da epístola com a expressão “obediência da fé” (1.5; 16.26), além de diversos elementos repetidos entre a introdução e a conclusão: Paulo foi designado (1.1; 16.25-26) para pregar o evangelho (1.1; 16.25) aos gentios (1.5; 16.26), sobre Jesus (1.3; 16.25), como cumprimento das Escrituras (1.2; 16.26).<sup>5</sup>
- Repetição da expressão “de modo nenhum” (*mē genoito*) 10 vezes: 3.4,6,31; 6.2,15; 7.7,13; 9.14; 11.1,11.
- Palavras-chaves
  - Circuncisão (*peritomē*), incircuncisão (*akrobustia*)
  - Gregos (*hellēn*), gentios/nações (*ethnos*), judeus (*iudaios*), Israel (*israēl*)
  - Lei (*nomos*), mandamento (*entolē*), obra (*ergon*), obediência (*hupakoē*), obedecer (*hupakouō*)
  - Morte (*thanatos*) e morrer (*apothnēskō*)
  - Julgar (*krinō*), julgamento (*krima*), justiça (*dikaiosynē*), injustiça (*adikia*), justificar (*dikaioō*), justificação (*dikaiōsis*)
  - Carne (*sarks*), pecado (*hamartia*), pecar (*hamartanō*), transgressor (*parabatēs*)
  - Escravidão (*douleia*), ser escravo (*douleuō*), liberdade (*eleutheria*), livrar (*eleutheroō*)
  - Incredulidade (*apistia*), fé (*pistis*), crer (*pisteuō*)
  - Batismo (*baptismos*), batizar (*baptizō*)
  - Adoção (*uiothesia*), chamado (*klēsis*), chamar (*kaleō*)
  - Evangelho (*euangelion*), graça (*charis*), dom (*charisma*), amor (*agapē*), misericórdia (*eleos*), ter misericórdia (*eleēō*)

## **DIFÍCULDADES**

- Embora pareça ser direta e clara, é a epístola mais difícil do NT para entendimento por seu estilo discursivo (confuso, com transposição de palavras e sentenças incompletas), pelo conteúdo abstrato e obscuro, e pelas mudanças súbitas na perspectiva assumida pelo autor ao expor seu argumento.
- Segundo o apóstolo Pedro (2Pe 3.16), é uma carta difícil de entender e sujeita a deturpações.

---

<sup>5</sup> Schreiner, p. 30.

- Texto: em geral aceito todo,<sup>6</sup> com pequeno questionamento quanto à doxologia.<sup>7</sup> 16.24 não consta nos manuscritos mais antigos (veja nota de rodapé na NVI e NAA).

## **ESTRUTURA**

- Não há muito debate entre os estudiosos quanto à estrutura da epístola, que parece bem clara. O único ponto discordante é onde fazer a divisão entre as seções B e C, ou seja, se o capítulo 5 fica com a seção anterior ou a posterior.
- A. Introdução (1.1-17)
- B. A revelação da justiça de Deus (1.18–4.25)
- C. A provisão da justiça de Deus (5.1–8.39)
- D. A vindicação da justiça de Deus (9.1–11.36)
- E. A prática da justiça de Deus (12.1–15.13)
- F. Conclusão (15.14–16.27)

## **Análise da epístola**

### **A. INTRODUÇÃO (1.1-17)**

- As cartas paulinas geralmente contêm uma saudação e uma oração de ação de graças.

#### **1. Apresentação de Paulo (1.1-7)**

- Esta longa introdução difere das demais epístolas. Em geral, serve para identificar o autor da carta, seus destinatários e enviar uma saudação inicial. Em suma, devia ser “Paulo aos romanos, graça e paz”. É uma saudação mais ampla do que a de outras epístolas dele, provavelmente pela necessidade de apresentar suas credenciais apostólicas, sua missão e seu evangelho a uma igreja desconhecida. Diversos temas da carta são antecipados nesta seção.
- “Paulo” (1.1) se identifica de três formas aos destinatários: servo, apóstolo, separado. As três expressões estão em paralelo e se complementam (ser servo de Cristo é ser seu representante e pregar o evangelho), indicando o ministério profético e autoritativo de Paulo.
  - “servo”: significa “escravo”, pertence de modo absoluto ao seu senhor. No AT grandes líderes foram descritos como “servos” (Js 14.7; 24.29; título do Sl 36). Paulo se coloca na linhagem de profetas (Am 3.7; Jr 7.25) e líderes a serviço do Senhor em completa submissão e devoção.
  - “chamado para ser apóstolo”: Deus é o autor implícito do chamado, o que confere autoridade ao ensino de Paulo, pois não foi chamado por homens (Gl 1.1; Jo 15.16). Esse chamado designa um mandato divino para desempenhar uma tarefa (por exemplo, Is 42.6). “Apóstolo” é o representante de uma pessoa enviado a outro lugar; no NT (76x) geralmente designa os comissionados por Cristo para pregar em seu nome como “embaixadores, enviados”.
  - “separado para o evangelho”: mesma conotação de “chamado” e de “consagrado” (Lv 20.26). De novo o autor implícito é Deus. Alusão à separação “antes de eu nascer” (Gl 1.15). Possível alusão à sua posição anterior de fariseu (At 26.5), que é um grupo “separado” para a lei. Assim, Paulo teria sido separado de sua pregação do judaísmo para a do evangelho.

<sup>6</sup> O consenso atual da crítica textual é de argumentar contra interpolações no texto bíblico, especialmente em Rm.

<sup>7</sup> O questionamento surgiu porque a Vulgata e alguns escritores antigos apresentam uma versão reduzida de Rm (até 14).

- “evangelho de Deus” (1.1): o evangelho tem sua origem em Deus (é revelado por ele) e é também sobre o que Deus fez por nós. Ele é a fonte e o conteúdo do evangelho.
- “prometido” (1.2): referência às promessas do AT que o evangelho cumpre. Paulo salienta em toda a carta a conexão do evangelho com os atos de salvação e as promessas de Deus no AT.
  - “profetas”: meio de transmissão do evangelho, provavelmente inclui aqui todo o AT.
- “com respeito a seu Filho” (1.3): o conteúdo do evangelho é, mais especificamente, o Deus Filho, Jesus. A expressão “seu Filho” deriva de Sl 2.7 (Hb 1.5) e é confirmada no NT (Mt 3.17; 17.5).
- O trecho seguinte (1.3-4) é considerado um hino ou credo da igreja primitiva. Observe as correlações entre “segundo a carne” e “segundo o Espírito de santidade”; “veio” e “foi designado”; “da descendência de Davi” e “Filho de Deus com poder”. O hino é composto em linguagem de adoração e devoção, que geralmente é imprecisa e não tenta determinar doutrinas.
- “segundo a carne” (1.3): em contextos não éticos, “carne” indica simplesmente a natureza humana. Há um tom de fraqueza e finitude implícitos na natureza humana, aqui notado pelo contraste com a natureza “com poder” da segunda parte do hino.
- “veio da descendência de Davi” (1.3): Jesus, segundo a sua natureza humana, é o Messias esperado, o “Filho de Davi” dos evangelhos.
- “designado Filho” (1.4): é preciso evitar uma leitura adocionista, que defendia que o homem Jesus só foi adotado como Filho por Deus na sua ressurreição, pois é uma posição herética. Melhor traduzir como “manifestado”: apresentado diante dos homens com uma nova função.
  - “Filho de Deus” tem conotações messiânicas (2Sm 7.14 e Sl 2.7), em paralelismo com “descendência de Davi”. A ressurreição de Jesus o apresenta em sua coroação como o rei messiânico davídico.
  - Não é uma mudança de essência (continua como o Filho divino), mas de posição perante a humanidade. Antes de sua ressurreição, o Jesus encarnado era Filho de Deus em fraqueza e humildade (Fp 2.7-8); depois dela, é designado para uma posição de poder e autoridade no mundo como o Messias exaltado (Mt 28.18).
- “segundo o Espírito de santidade” (1.4): refere-se ao Espírito Santo (tradução literal da expressão hebraica; Sl 51.11; Is 63.10-11). Foi por meio do Espírito que Jesus ressuscitou e agora vive com poder e autoridade; ele demonstra isso ao derramar o Espírito sobre a igreja, inaugurando a nova era escatológica do reino. Faz contraste com seu ministério humano em esvaziamento e humildade.
- “Jesus Cristo, nosso Senhor” (1.4): a expressão complementa o “seu Filho” (1.3) à luz do hino cristológico, formando um enquadramento. O título resume e expressa os elementos básicos do evangelho:
  - “Jesus” (nome que significa “salvador”, Mt 1.21) indica a sua identidade histórica como o redentor da humanidade;
  - “Cristo” identifica a sua posição como o Messias, o Filho de Davi, o ungido rei da linhagem de Davi prometido pelos profetas (1.3) e salienta a sua humanidade;
  - “Senhor” identifica a sua posição exaltada após a ressurreição como Filho de Deus (1.4). “Senhor” também identifica Jesus com o Javé do AT e salienta a sua divindade.
  - Em suma, o evangelho anuncia o senhorio de Jesus como Messias.
- “obediência da fé” (1.5): Paulo conecta a fé ao comportamento ético e à obediência (15.18; 16.19). A submissão obediente a Deus é elemento crucial da fé. Ou seja, não apenas decorre dela, mas é importante parte constituinte de sua vitalidade. A verdadeira fé conduz à obediência, como Paulo salientará em diversos pontos desta epístola.

- Ao compararmos a ordem sucinta de Jesus em Marcos: “Vão e preguem o evangelho” (Mc 16.15) com a Grande Comissão (Mt 28.19-20): “Vão e façam discípulos... ensinando-os a obedecer”, percebemos que Mateus detalha o que é a pregação do evangelho. É levar as pessoas a se submeterem ao senhorio de Cristo e a obedecerem a tudo que ele ensinou. O relacionamento com Deus sempre esteve associado ao compromisso da obediência (Jo 14.21,23).
- “graça e paz” (1.7): saudação usual de Paulo. Paz é shalôm (bem-estar vertical e horizontal).

## 2. Apresentação do plano missionário de Paulo (1.8-15)

- Conexão com a seção anterior: aplica a comissão apostólica de Paulo aos gentios de Roma.
- Paulo revela aqui seus motivos para visitar Roma (veja também a introdução):
  - “algum dom” (1.11): Paulo propõe edificação **mútua**, desfrutar da comunhão com eles (1.11-12), pastorear, ajudar a vencer divisão entre gentios e judeus. Observe que Paulo não quer apenas dar, mas também quer humildemente receber (ser encorajado na fé).
  - “entre vós” (1.13): Paulo deseja pregar o evangelho aos romanos (1.13,15) e a outros gentios (1.13). Ele sente um encargo (sou “devedor”, 1.14) em pregar o evangelho aos gentios. Aqui se apresentam sutilmente os propósitos missional e apologético desta epístola.
  - Em 15.23-33, fica mais evidente que Paulo quer começar um ministério na metade ocidental e latina do Império, pois já havia alcançado os pontos estratégicos da parte oriental e grega. Segue seu princípio de abrir novas frentes (15.20).

## 3. Apresentação do conteúdo do evangelho (1.16-17)

- Seção densa, texto de transição que prepara para o conteúdo principal da carta. Apresenta a tese central da teologia de Paulo.
- “não me envergonho do evangelho” (1.16): pelo contrário, Paulo está “ávido”, “pronto a anunciar” o evangelho (1.15). Como o evangelho é ofensivo às pessoas?
  - A salvação é gratuita e imerecida. Somos todos fracassados espirituais e ninguém consegue obter a salvação por sua justiça própria ou por obras.
  - Precisamos recorrer a um Salvador. Precisamos de redenção e não temos a autonomia suposta pela sociedade. Não conseguimos chegar a Deus ou nos redimir sozinhos.
  - A salvação é um chamado à obediência e ao serviço aqui e agora, não à vida fácil “no céu”.
- “poder de Deus para a salvação” (1.16): o evangelho não é mera filosofia (“palavras”, 1Co 4.20), mas sim poder transformador de vidas. É como uma pimenta (fria por fora; ardente ao consumir).
- “todo aquele que crê” (1.16): o único modo de receber a transformação do evangelho é pela fé. Fé indica uma disposição apropriada para com Deus de confiança em suas instruções e de obediência prática. A mensagem é ao mesmo tempo ampla e restrita:
  - É para todos os povos: judeus e gentios (prioridade divina de operar primeiro em Israel)
  - É só para o que crê: há condições para receber o dom gratuito.
- “justiça de Deus” (1.17): é o conteúdo que dá poder ao evangelho. Tem duplo sentido:
  - 1) Justiça refere-se a um atributo de Deus e às suas ações usuais. Deus é justo e demonstra isso porque age: ele realiza “atos de justiça” e cumpre suas promessas pactuais de resgatar seu povo. Nesse sentido, a expressão é um sinônimo paralelo de “poder de Deus para a salvação”.
  - 2) Justiça refere-se ao ato divino da justificação do pecador. Deus concede graciosamente justiça aos pecadores; ou seja, declara-os justos mesmo sem merecerem. Essa justificação não é retributiva, isto é, não recompensa obras humanas, não é por mérito humano.

- Lutero se angustiava muito porque sabia que sua justiça pessoal (mérito) era insuficiente para ser aceito por Deus. Ele remoou esta questão por bom tempo até entender, por meio de Romanos, que essa justiça é imputada livremente ao pecador pela graça divina, por causa da obra de Cristo, e recebida mediante a fé. Essa é a base da doutrina da “justificação pela fé somente”.
  - Deus não apenas perdoa os pecados (zera saldo negativo), mas também atribui a condição de justo (saldo positivo) ao crente.
- “de fé em fé” (1.17): é uma expressão enfática e difícil de interpretar. Provavelmente significa “pela fé do princípio ao fim”. Cf. Rm 3.28. Até esta fé é dom de Deus (Ef 2.8-10), mas somos nós que exercitamos a fé. Deus não crê por nós (Jo 3.16).
  - Pode significar “a partir da fé” (inicial, que recebe a salvação) e “para [mais] fé” (objetivo de fé obediente continuamente crescente; a vida cristã não é por esforço, mas sim por fé).
- “viverá por fé” (1.17): a citação de Hc 2.4 ensina que é preciso “viver por fé” para ser justo.

## **B. A REVELAÇÃO DA JUSTIÇA DE DEUS (1.18–4.25)**

- A seção se conecta com a anterior com um “pois, porque” (1.18): o evangelho (a revelação da justiça de Deus) é necessário porque toda a humanidade está debaixo da ira divina, como Paulo conclui em 3.22-23.
  - Para ouvir a mensagem de salvação, é necessário antes reconhecer que se precisa dela. Por isso Paulo começa demonstrando a pecaminosidade humana (1.18–3.20) para depois apresentar a justificação pela fé (3.21–4.25). Se não compreendemos o problema do pecado humano, o evangelho não fará sentido. É preciso entender o problema para desejar a solução.
  - Nossa definição do evangelho precisa incluir uma explicação da Queda (pecado humano).

### **1. A pecaminosidade dos gentios (1.18-32)**

- “a ira de Deus se revela” (1.18): ação contínua e presente hoje (“está se revelando”). Paulo explica por que Deus está irado e como sua ira se revela aos seres humanos.
- “contra toda impiedade e injustiça” (1.18): corrupção da relação vertical (com Deus) que leva inevitavelmente à corrupção das relações horizontais (com outros e criação).
  - 1.18-24 se concentra na relação vertical, no pecado contra Deus (“impiedade”).
  - 1.25-32 se concentra nas relações horizontais, no pecado contra outros (“injustiça”).
- “suprimem” (1.18): todos conhecem a verdade, mas escolhem ignorá-la. Os seres humanos são culpados por desconsiderarem a verdade de Deus, preferindo decidir sozinhos o seu caminho.
  - Esta busca ilusória por autonomia está na essência da rebeldia humana contra Deus. Gn 3 demonstra que o pecado veio porque Eva duvidou da Palavra de Deus ao ser tentada pela serpente (“Foi isto mesmo que Deus disse?”) e resolveu seguir seu próprio caminho.
  - O livro “Guerra de palavras”, de Paul Tripp (editora Cultura Cristã), explica bem a batalha entre as palavras reveladas por Deus (sua verdade) e as mentiras anunciadas pelo diabo.
- “Deus lhes manifestou” (1.19-20): a criação revela um Criador poderoso, organizado e sábio; e que somos criaturas que lhe devem adoração, gratidão e obediência.
  - A revelação especial (Jesus e as Escrituras) complementa a revelação geral (pela criação), levando-nos a conhecer outros atributos do Senhor (amor, misericórdia).
  - A revelação geral de Deus na criação determina a responsabilidade de todos os seres humanos de obedecerem aos princípios éticos do Criador, mesmo sem a revelação especial.

- “são indesculpáveis” (1.20): ninguém tem justificativa para não reconhecer o Criador na criação. Esta falta de reconhecimento (rebeldia) é base suficiente para a condenação do ser humano.
- “fúteis”, “loucos” (1.21-22): a rebeldia em glorificar a Deus leva a pensamentos insensatos e obscuros. A verdadeira racionalidade humana só funciona bem em um bom relacionamento com o Criador. Fora disso o raciocínio humano está corrompido e não pode explicar quem somos ou para que existimos. Passa a adotar uma visão distorcida da realidade: mentira em lugar da verdade (1.25). Além disso, essa mente corrompida gera a prática do mal (1.28-31).
- “mudaram a glória”, “criatura em lugar do Criador” (1.23,25): em sua rebeldia contra Deus, o ser humano escolhe adorar outras coisas em lugar do Criador.
  - O ser humano é inevitavelmente adorador, foi criado para adorar. Portanto, nunca paramos de adorar. O máximo que podemos fazer é mudar o objeto da nossa adoração.
  - O ser humano é “télico” (*telos* = alvo, propósito). Precisa de algo fora de si que determine o sentido de sua vida, que seja o foco de suas esperanças e esforços.
  - A criação é boa (Gn 1.31). O problema é a devoção excessiva (1.24,26) a qualquer coisa: nosso coração pecaminoso transforma em ídolo coisas boas (filhos, cônjuge, trabalho, dinheiro, sexo, esportes, mídia social, igreja etc.). A idolatria consiste em amar algo mais do que a Deus.
- “Deus entregou” (1.24,26,28): o juízo divino contra o pecado é entregar o ser humano a si mesmo, ou seja, dar-lhe o que mais deseja. É a pior coisa que pode acontecer a cada um.

No final, existem apenas dois tipos de pessoas. As primeiras são aquelas que dizem a Deus: “Seja feita a tua vontade”; as outras são aquelas às quais Deus, por fim, diz: “Seja feita a tua vontade”. Todos os que estão no Inferno escolheram ir para lá. (C. S. Lewis, *O grande divórcio*, p. 87).

- “adoraram e serviram” (1.25): as coisas que servimos (ídolos) nunca nos libertarão; elas nos controlam e faremos tudo para mantê-las ou tê-las cada vez mais, embora nunca nos satisfaçam. Deixamos de ter a felicidade suprema que Deus oferece para nos contentarmos com os prazeres menores que os ídolos nos oferecem.

Somos crianças medíocres, brincando com bebida, sexo e ambição, quando a alegria infinita nos é oferecida, como uma criança ignorante que prefere fazer castelos na lama em meio à insalubridade por não imaginar o que significa o convite de passar um feriado na praia. Nos contentamos com muito pouco. (C. S. Lewis, *O peso da glória*, p. 32).

- “paixões vergonhosas” (1.26): Paulo começa com a imoralidade sexual geral. Depois condena à imoralidade homossexual. É um pecado entre vários outros (1.29-31) A ideia mais importante aqui é demonstrar que todos pecam e isso não se restringe à área sexual.
  - Cl 3.5 menciona a avareza como idolatria; Gl 4.8-9 iguala à idolatria a busca de salvação por obras.
  - Devemos evitar aceitar a homossexualidade como normal (igrejas inclusivas), mas também devemos evitar salientar este pecado acima dos outros (igrejas conservadoras).
- “cheios de toda injustiça” (1.29): todos pecaram (assunto que Paulo desenvolve até 3.20).
  - Doutrina reformada da depravação total: tudo o que fazemos, falamos, pensamos e sentimos está contaminado pelo pecado, mas em graduações diferentes. Raramente realizamos algo que seja integralmente pecaminoso (ou seja, totalmente mau), mas também sem Cristo não conseguimos fazer algo completamente bom aos olhos de Deus (sempre há o elemento pecaminoso).
- “conhecendo a sentença” (1.32): Os pecadores têm consciência de sua culpa e do castigo divino, por meio de sua consciência, mas não se arrependem disso e aprovam os que praticam as coisas erradas.

## 2. A pecaminosidade dos moralistas (2.1-16)

- “‘julgas’” (2.1): Paulo fala genericamente a todos os que acusam os outros. “‘Julgar’” aqui é crer que os outros merecem o juízo divino por seus pecados.
  - Paulo usa uma tática poderosa, primeiro fazendo um discurso que obtém a concordância dos moralistas (“os gentios pecadores merecem mesmo a ira de Deus”) para depois demonstrar que os próprios moralistas são pecadores e condenados.
  - Os moralistas são pessoas cheias de justiça própria, prontas para apontar o erro dos outros, que sempre consideram muito sério.
  - Nem todo julgamento é errado. Paulo condena o julgamento hipócrita dos que estão cheios de justiça própria, como Jesus também condenou (Mt 7.1-5); contudo, ele nos exorta a julgarmos todas as coisas (1Ts 5.21), em especial as profecias (1Co 14.29).
- “‘praticas o que condenas’” (2.1): os moralistas condenam os outros por pecados idênticos aos que praticam. São hipócritas, pois escondem seus pecados.
  - Um princípio bíblico que encontra respaldo na psicologia é que tendemos a condenar facilmente nos outros os nossos próprios erros e pecados ocultos. Aquilo que mais nos incomoda em nós mesmos é o que mais rapidamente percebemos como falha do outro. Em vez de demonstrar empatia e misericórdia para com quem luta contra o mesmo pecado, encorajando-o em sua luta, a reação do moralista é a de negar seu pecado e acusar vigorosamente o outro (às vezes chegando a calúnias), como se isso pudesse remover a culpa que sente por praticar algo similar. Tudo o que o moralista consegue fazer é esconder o seu pecado e desviar a atenção dos outros para quem já foi pego no pecado, por isso é sempre crítico mordaz dos outros.
  - Somos rápidos para julgar os outros, mas sempre temos justificativas para nosso pecado. O pecado só parece sério quando é o outro que o comete.
- “‘juízo’” (2.2-3): Deus usará para nós no juízo final o mesmo padrão que usamos para julgar os outros (Mt 7.2). Por isso quem pratica o pecado hipocritamente não escapará do juízo (Rm 2.5-6). A justiça própria é sempre autocondenatória.
- “‘ignorando’” (2.4): a justiça própria do moralista é uma rejeição a Deus, pois se considera sem necessidade de arrependimento (2.5, “‘coração impenitente’”) e sem pecado.
  - O moralista despreza a obra redentora de Deus (que exige contrição), pois está se saindo bem sozinho na sua visão distorcida do mundo. A obediência moralista ou religiosa parece boa e piedosa, mas é idolatria; são ídolos do coração, pois o moralista adora a sua própria “retidão” moral. Isso costuma gerar certa ansiedade (“será que fiz o suficiente?”).
  - Qualquer pessoa moralista satisfeita com sua “‘posição espiritual’” está negando o ensino bíblico de que somos pecadores (1Jo 1.10), de que precisamos de redenção, e de que esta salvação só é recebida pela fé e não por obras. Ou seja, nega a doutrina essencial da justificação pela fé.
- “‘retribuirá’” (2.6-10): Paulo parece defender agora uma salvação pelas obras! Contudo, o contexto do Sl 62 citado aqui revela que as obras elogiadas são a confiança em Deus (Sl 62.7), a dependência dele para a salvação.
  - Paulo volta a focar na obediência que decorre da fé. As boas obras listadas são evidência desta confiança em Deus; são decorrência da fé salvadora. Contudo, nunca se somam à fé como meio para a salvação. Os frutos de uma árvore revelam sua vitalidade e natureza (Lc 6.43-44), mas não são eles que sustentam a árvore; são decorrência de sua vitalidade.
  - “‘perseverando em fazer o bem’” (2.7,10): a vida cristã obediente se caracteriza pela perseverança na prática do bem, ou seja, na piedade. Piedade não é “‘dó’”, e sim “‘temor do Senhor’”; é o contrário de impiedade.

- “glória, honra e incorruptibilidade” (2.7): alvos só satisfeitos em Deus. A pessoa piedosa deseja se aprofundar em Deus: ser como ele é e agir como ele age. Já o ímpio permanece na prática do mal (2.9) e não aceita a verdade de Deus (2.8).
  - Devemos evitar os dois extremos: o que considera as obras como necessárias para a salvação (legalismo: judaizantes e pelagianos) e o que despreza as boas obras como desnecessárias à vida cristã (antinomismo: libertinos e pregadores da graça barata).
    - Legalismo é tentar merecer a salvação por meio das obras praticadas e da obediência à lei. É a salvação por esforço pessoal: obedecer para ser aceito por Deus. Em geral produz orgulho moralista nos feitos alcançados e desprezo aos outros pecadores. Sinônimo de moralismo.
    - Judaizantes são os cristãos judeus que insistiam que os cristãos gentios deviam guardar toda a lei de Moisés, em especial a circuncisão, o sábado e as restrições alimentares (At 15.1-29).
    - Pelagianos são os adeptos do ensino de Pelágio, monge do século 5 condenado como herege. Ele ensinava a inocência do ser humano (negava o pecado original) e o legalismo. Foi duramente combatido por Agostinho e Jerônimo.
    - Antinomismo é ser contra (“anti”) a lei (“nomos”), ou seja, entende que Deus nos aceita como somos em sua graça e que não é preciso mais obediência alguma à lei. Paulo combaterá vivamente este pensamento em Rm 6.
    - Libertinos são os adeptos da libertinagem (Jd 4), que é o abuso da liberdade. É uma rejeição às regras impostas, defendendo a satisfação de todo desejo sem pesar as consequências. Querem estar livres de Deus e do seu “controle” e regras. Defendem a prática da imoralidade (anunciada como expressão livre do amor). Defendem a inclusão de todos na igreja (o que é correto), mas sem necessidade de arrependimento e mudança de vida (o que é incorreto).
    - Os pregadores da “graça barata” anunciam os benefícios da redenção sem o compromisso da obediência. Pream Jesus como Salvador, mas não como Senhor.

A graça barata é a pregação do perdão sem arrependimento do pecador, é o batismo sem disciplina eclesiástica, é a comunhão sem confissão de pecados, é a absolvição sem confissão pessoal. A graça barata é a graça sem discipulado, é a graça sem cruz, é a graça sem Jesus Cristo vivo e encarnado. (Bonhoeffer, *Discipulado*, p. 20).
  - “com lei” (2.12-13): os judeus que receberam a lei de Moisés (a Torá) serão julgados conforme sua prática e obediência a esta lei. Quanto maior a revelação, maior a responsabilidade (Lc 12.48).
  - “sem lei” (2.12-16): os gentios (não judeus) que agem corretamente mesmo sem terem recebido a lei serão julgados pela norma gravada em seu coração. Deus é justo porque não julga estas pessoas por um padrão desconhecido.
    - Todas as pessoas têm razoável consciência do certo e do errado. A lei de Deus está encravada na alma do ser humano (2.15). É a origem da ética comum entre os povos.
  - “Deus julgar” (2.16): sem o juízo futuro de Deus não há sentido na salvação (salvação do quê? da ira divina!). Só conseguimos apreciar o que Jesus fez quando reconhecemos nosso estado pecaminoso que nos faz merecer a ira divina.
- ### 3. A pecaminosidade dos judeus (2.17-29)
- Paulo foca agora nos judeus para demonstrar que também são todos pecadores, porque não obedecem à lei revelada que receberam.
  - “sobrenome judeu” (2.17): Paulo provoca o judeu moralista que está seguro em sua justiça própria. Para entender bem o impacto do texto, substitua “judeu” por “crente” ou “cristão”.
  - “repousas na lei” (2.17): os judeus confiavam na sua obediência à lei, expressa em prática de rituais

(circuncisão, v. 25) e vida decente (2.18-20).

- Os judeus tinham orgulho de serem o povo escolhido por Deus para receber sua revelação. Conheciam bem a lei (2.18) e a ensinavam aos outros (2.19-20). Contudo, tornaram-se orgulhosos e idolatraram a lei, considerando-a meio de salvação.
- Sempre que nos orgulhamos por ter feito coisas boas (ou até mesmo recebido coisas boas de Deus, como a salvação, um chamado, o próprio Espírito) estamos sendo moralistas.
- “tu que ensinas” (2.21): não devemos estudar a Bíblia só para obter conhecimento; o estudo precisa ser aplicado à vida pessoal. Primeiro devemos ensinar a nós mesmos. O moralista escuta a pregação bíblica e logo vê como deve ser aplicada aos outros, mas nunca fica contrito por seu próprio pecado. De fato, em geral é supersensível e não gosta quando alguém aponta algum traço de pecado em sua vida (pois sua salvação depende de ser “reto”). É o “ministério da pá”: junta o que foi ensinado e joga para os outros (mas nunca para si mesmo).
- “transgressão da lei” (2.21-23): ninguém consegue guardar toda a lei, quer por falhas ocasionais ou persistentes (mesmo se pequenas), quer pelas atitudes e motivações do coração. Mas o moralista religioso se “gloria na lei”, achando que a cumpre na íntegra.
- “desonras a Deus” (2.23-24): a incoerência do religioso moralista desonra a Deus, pois as pessoas ao seu redor em geral percebem sua postura hipócrita e pecados mais aparentes (orgulho, caroice, falta de amor), além de suspeitarem de outros pecados ocultos. Daí o nome de Deus é blasfemado, como vemos constantemente nas representações de religiosos na mídia (literatura, música, filmes).
  - Esta postura de religiosidade afasta as pessoas do verdadeiro Deus, pois não querem servir a um Deus que gera hipócritas. A vida do moralista atrapalha o reino de Deus.
- “circuncisão” (2.25): instituída como o sinal da aliança de Deus com seu povo (Gn 17), a circuncisão passou a representar motivo de orgulho e justiça própria para os judeus. Paulo ensina que o sinal exterior só tem validade quando há obediência aos mandamentos de Deus. Caso contrário, a circuncisão se torna nula.
  - Isso equivale ao crente hoje ter orgulho por ter sido batizado e pertencer à sua denominação. Igualmente ele precisa demonstrar obediência. Só é cristão verdadeiro quem obedece; caso contrário, é cristão nominal.
  - Paulo condena aqui os crentes que acreditam só nas doutrinas (fé mental), sem demonstrar transformação de vida na prática (fé que gera obediência). É um falso cristianismo, uma fé morta (Tg 2.18-26), que se apega aos sinais exteriores e não à vida interior.
- “incircuncisão” (2.26-29): se o incircunciso obedece à lei, é judeu interiormente. Paulo afirma que é melhor ser um cristão verdadeiro sem batismo (ou seja, obediente, mas “desigrejado”) do que um cristão nominal batizado e sem obediência. Compare com Mt 21.28-32.
- “circuncisão do coração” (2.29): o verdadeiro sinal de pertença ao povo de Deus é a transformação de vida realizada pelo Espírito Santo no crente. A circuncisão interior do crente é o despojar da velha natureza (Cl 2.11), que é simbolizada agora pelo batismo.

#### **4. Todos pecaram (3.1-20)**

- Nesta última seção, Paulo chega à conclusão de que todos pecaram.
- “Qual é?” (3.1-8): Paulo levanta diversas perguntas hipotéticas e as responde.
  - A vantagem dos judeus (3.1-2) é o seu acesso à revelação especial. Eles conhecem bem a Palavra de Deus. A revelação especial apresenta uma chance de ouvir o evangelho.
  - Se alguns judeus não creram nas promessas de Deus (3.3-4), isso não as invalida. Deus continua fiel, as pessoas é que falham e são mentirosas. Deus é justo ao julgar a incredulidade porque

ele concretizou as promessas feitas em Jesus.

- Nossa pecado coloca em evidência a justiça de Deus (3.5-6). Isso não invalida seu justo juízo sobre o pecado.
- De novo, minha mentira coloca em evidência a verdade de Deus (3.7-8). Isso não invalida o justo juízo de Deus sobre a mentira, nem nos dá permissão para pecarmos mais para que a graça de Deus seja vista (veja 6.1-2).
- “todos estão debaixo do pecado” (3.9): é um termo legal, que constata nossa posição no mundo antes da conversão (Cl 1.13: estamos no império das trevas até sermos transportados para o reino do Filho). Tanto o imoral dissoluto quanto o religioso moralista estão na mesma situação.
  - Embora haja níveis diferentes de pecado e perdição, todos os pecadores estão igualmente perdidos e na mesma situação de condenação por Deus. Então, a conhecida expressão “não existe pecadinho ou pecadão” só vale em relação à salvação do pecador, mas não em relação à vida cristã em geral. A Bíblia ensina que Deus abomina (odeia mais) alguns tipos de pecado (Pv 6.16-19; 12.22; 15.8-9,26; 16.5; 17.15; 20.10; 28.9; Sl 5.4-6; Is 61.8; Zc 8.16-17).
  - Ilustração: três nadadores com habilidades diferentes tentam cruzar a distância entre Brasil e África (quase 2800km no ponto mais curto); os três se afogam em diferentes pontos do percurso. Não importa quem nadou mais longe; ninguém consegue fazer a travessia.
- “não há quem entenda” (3.11): o pecador não entende a verdade de Deus (1.21-22; 2Co 4.4; Ef 4.17-18). Não é a falta de conhecimento que causa a dureza de coração; é a rebeldia que gera a falta de entendimento, pois suprimimos e distorcemos a verdade de Deus (1.18,25).
- “não há quem busque” (3.11): o pecador não deseja encontrar a Deus verdadeiramente; deseja no máximo as bênçãos que Deus pode fornecer ou respostas para suas orações. Ninguém quer ter verdadeira comunhão com o Criador (sem buscar o que ele pode nos dar).
  - Isso implica que qualquer pessoa que busque a Deus verdadeiramente de fato foi motivada pelo próprio Espírito Santo em início do seu processo de transformação. Não temos esta iniciativa, mas apenas reagimos ao que Deus faz em nós. Quando olhamos para trás como crentes, reconhecemos que foi o Espírito Santo que nos atraiu para Deus e dirigiu nossos passos.
- “não há quem faça o bem” (3.12): parece à vista comum que muitos fazem coisas boas e tornam o mundo um lugar melhor. Paulo está falando do bem (boas obras) que possa ter mérito para salvação. Nunca conseguimos realizar uma obra puramente para glorificar a Deus, pois sempre temos motivos egoístas e pecaminosos. Sem Cristo, as boas obras que realizamos são para nós mesmos.
  - Após a conversão, ao saber que não precisamos fazer boas obras para merecer a salvação, estamos livres para fazer as boas obras e a justiça social desejada por Deus, como gratidão a ele.
  - A principal diferença entre o verdadeiro cristão e o religioso é sua atitude quanto às “boas obras” que realiza. Ambos podem reconhecer pecados, mas só o religioso confiará nas boas ações que praticou como “pontos” meritórios diante de Deus.
- “garganta deles” (3.13-14): a língua reflete o que está no coração (Mt 15.18-20).
- “caminhos” (3.15-17): pés e caminho falam das ações e escolhas da vida. O pecado nos leva a “derramar sangue”, ou seja, ter relacionamentos conflituosos. Não conseguimos ter paz com os outros.
- “temor de Deus” (3.18): a solução para o problema do pecador é simples, pois o “temor do Senhor” é a base do relacionamento correto com Deus. Significa uma atitude de reverência e alegria na presença de Deus, que gera uma obediência grata e amorosa. O pecado é o contrário de temer a Deus, pois nos leva a fugir de sua presença (Gn 3.10).
- “se cale toda boca” (3.19-20): a lei de Deus é um teste de desempenho em que sempre fracassamos.

[teste no seriado Star Trek: *kobayashi maru*]. Visa acabar com todos os nossos argumentos (calar) e nos levar a reconhecer que somos culpados diante de Deus. Por isso por ela vem o “pleno conhecimento do pecado”.

- De novo, a única coisa que se interpõe entre o pecador e Deus são suas próprias boas obras, pois ele se apega ao possível mérito que acha que tem diante de Deus e despreza a oferta gratuita da salvação (o evangelho).
- Tudo o que precisamos para ser salvos é ter nada, é nos achegarmos à presença de Deus de mãos vazias, reconhecendo nossa incapacidade de deixarmos nosso pecado.

## 5. A justificação pela fé (3.21-31)

- “mas agora” (3.21): Paulo se volta do quadro geral de pecaminosidade para a apresentação do evangelho, que é a justificação de Deus ao pecador.
  - Nossa apresentação do evangelho precisa começar com “todos pecaram” e depois anunciar a solução oferecida em Jesus. Como você anuncia o evangelho aos outros?
- “justiça de Deus” (3.21-24): aqui é justiça manifesta, outorgada, concedida ao pecador, ou seja, indica a justificação do pecador: Deus o considera justo.
  - Deus não leva em conta o nosso esforço moral de sermos dignos. Não somos aceitos por tentarmos ser bons, como ensinam as outras religiões. A única base para a justificação de Deus é o seu amor gracioso manifesto em Jesus. No cristianismo, não precisamos desenvolver justiça para sermos aceitos por Deus; ele nos dá a sua própria justiça ao nos justificar.
  - Como na introdução (1.3), Paulo reforça que esta justificação foi anunciada (3.21) pela Lei e pelos Profetas (ou seja, todo o AT).
  - Para a mentalidade hebraica, justiça significa relacionamento correto com os outros; não se pode tê-la sozinho; na cosmopolisão grega, é mais um atributo individual. Por isso, na Bíblia, a justificação do pecador está muito associada à reconciliação deste com Deus.
- “mediante a fé em Jesus” (3.22): recebemos a justificação por meio da fé. Não é qualquer tipo de crença, mas sim a fé em Jesus. O que isso significa?
  - Significa que não é a fé em si que nos justifica. Muitos crentes têm fé na própria fé, ou seja, pensam que sua crença é a causa de sua salvação. Com isso deixam de olhar para Cristo como Autor da redenção (Hb 2.10). Quando a fé deles vacila (ao surgirem dúvidas ou não a sentirem claramente), ficam preocupados quanto à sua salvação. A fé virou uma “obra morta”, algo que fazem para obter a salvação.
  - Significa que não é a fé de que existe um Deus poderoso e amoroso. Crer que Deus existe não garante a reconciliação com ele, pois os demônios têm mais desta fé do que nós (Tg 2.19).
  - A fé justificadora é a fé na “redenção que há em Cristo Jesus” (3.24). É necessário entender e crer na obra de Cristo realizada na cruz.
- “todos os que creem” (3.22): como todos são pecadores, todos precisam da salvação e a recebem ao crer em Cristo.
- “todos pecaram” (3.23): Paulo resume sua argumentação anterior reforçando o pecado universal.
  - “carecem”: o pecado nos fez deixar de desfrutar da glória divina, pois não podemos mais viver na presença dele como no Éden. Alguns estudiosos entendem que essa perda da cobertura de glória levou Adão e Eva a perceberem que estavam nus (Gn 3.7). O pecador também não consegue mais refletir corretamente a glória de Deus até ser restaurado pelo Espírito Santo.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Veja Hack, *Para que você serve?*.

- “gratuitamente” (3.24): o escândalo do evangelho é que não obtemos a salvação por meio de nossos esforços. Nem a fé pode ser encarada como um esforço, pois ela também é dom de Deus (Ef 2.8). Deus nos deu a redenção sem motivo, sem lhe darmos qualquer razão para isso; fez porque quis nos redimir com seu amor. A fé nada mais é do que a atitude de se achegar a Deus de mãos vazias e coração contrito.
- “justificados” (3.24): como o Deus justo consegue justificar o pecador? Cobrando a dívida do pecado de si mesmo. Jesus é feito pecado em nosso lugar para que sejamos considerados justos no lugar dele (2Co 5.21). Jesus é o nosso resgatador (*go 'el*), que nos libera da escravidão.
- “propiciação” (3.25): o termo grego *hilastērion* traduzido como “propiciação” na ARA e na NVI significa “adunação” (reconciliação, ação de tornar em um, *atonement*) e abrange a expiação (eliminação do pecado) e a propiciação (aplacamento da ira divina). Portanto, o sacrifício de Jesus é tanto para expiação quanto para propiciação; ou seja, removeu a culpa e aplacou a ira de Deus.
  - Deus não poderia só ignorar o pecado ou só perdoá-lo. Sua justiça exige que o pecado seja punido. Ele manifestou sua justiça voltando-a contra si mesmo, ao condenar o pecado na pessoa do seu Filho. A cruz satisfaz e expressa tanto a justiça de Deus quanto o seu amor.
- “deixado impunes” (3.25): os pecados do AT não foram removidos pelos sacrifícios feitos naquela época, mas apenas pelo sacrifício de Jesus (Hb 9.9; 10.4).
  - Os sacrifícios só cobriam o pecado (verbo hebraico *kafar*: remover da vista). Contudo, por meio de sua confissão de pecados (Lv 5.5; Nm 5.7), o ofertante saía perdoado (Lv 4.20; 5.10).
  - Este sistema sacrificial ensinava ao povo de Israel a necessidade de uma morte substitutiva (Lv 17.11) e, desta forma, apontava para o sacrifício único de Jesus que finalmente removeu o pecado coberto até ali (Hb 9.15,26; Jo 1.29).
  - O sacrifício não dava mérito diante de Deus ao ofertante para que recebesse automaticamente o perdão (embora os israelitas pensassem assim na prática). O perdão divino só era dado mediante o arrependimento e a confissão sincera do ofertante.
  - Mais tarde os profetas são bem claros em denunciar que Javé não aceitava o culto e os sacrifícios hipócritas e religiosos, pois não havia arrependimento, nem a busca de uma vida reta e de justiça social (Is 1.11; Jr 6.20). Os rituais sem obediência não valem nada!
  - Dessa forma, os santos do AT também eram salvos apenas por meio de sua fé; era uma fé na obra futura do Redentor prometido por Deus (Hb 11.39-40).
- “justo e justificador” (3.26): Deus cumpre seu lado justo ao punir o pecado e demonstra seu lado amoroso ao justificar o pecador (Rm 5.8). Precisamos aceitar estes dois lados paradoxais de Deus. Por meio da cruz, Deus é tanto juiz (estabelece padrões para o mundo e os cobra) quanto justificador (concede justiça gratuitamente ao pecador).
- “jactância” (3.27): a mensagem do evangelho elimina todo o nosso orgulho e vangloria, pois não fizemos nada para sermos salvos. Tudo nos foi dado.
  - Aquilo de que você se vangloria é basicamente o que define a sua identidade e fundamenta a sua autoestima. Paulo antes se vangloriava em sua posição como fariseu zeloso (Fp 3.5-11), mas agora só pode se vangloriar na cruz (Gl 6.14). Tudo o que ele era e tinha feito não servia para justificá-lo diante de Deus; era tudo esterco (Fp 3.8). Quem entende o evangelho jamais se gloriará em si mesmo.
- “obras da lei” (3.28): a lei não pode nos salvar. Contudo, o crente não despreza a lei, mas sim a confirma (3.31). Ele ama mais a lei do que aqueles que buscam salvação por meio dela. Embora não sirva para a salvação, a lei é a orientação de Deus para a vida de seu povo, para que este possa subsistir na presença do Senhor.

## 6. Exemplos da justificação (4.1-25)

- Paulo usa dois exemplos para comprovar sua tese de justificação pela fé: Abraão e Davi.
- “que diremos” (4.1): continuando seu método de perguntas e respostas, Paulo argumenta que Abraão foi justificado porque creu em Deus (4.3; cf. Gn 15.6).
  - Se Abraão tivesse sido justificado por obras (4.2), como diziam os judeus, ele poderia se gloriar diante dos homens pelo seu esforço. Compare com as atitudes do fariseu orgulhoso e do humilde publicano: quem se orgulha diante de Deus não é justificado (Lc 18.9-14).
- “creditado” ou “imputado” (4.3): este importante termo teológico significa que algo foi “contado como”, foi atribuído, ou seja, foi conferido a alguém um status que não tinha antes. Abraão teve fé e Deus a “contou como” justiça (4.5). Pela sua fé nas palavras do Senhor, Deus justificou Abraão, ou seja, lhe atribuiu uma justiça que não lhe pertencia. Justificar é imputar justiça.
  - Abraão não passou a ser perfeito e irrepreensível depois disso. De fato, vacilou várias vezes em sua caminhada com Deus. Mas Deus o amou e o aceitou como justo, embora ele fosse pecador. Lutero expressa esta realidade com a expressão em latim “*simul justus et peccator*”: somos ao mesmo tempo justos e pecadores.
- “trabalha” (4.4): se alguém trabalha para ganhar sua justificação, ela não é mais dom gratuito de Deus, e sim um salário (recompensa) pelo esforço da pessoa.
- “não trabalha” (4.5): o maior obstáculo para a salvação é o orgulho das pessoas, que preferem contar com seus esforços miseráveis a desistir da obediência para alcançar mérito diante de Deus. Contudo, todos os nossos atos de justiça são um trapo imundo (Is 64.6). Para sermos salvos, precisamos parar de “trabalhar” para obter a salvação. Ela só pode ser recebida de graça! Precisamos confiar em Deus como nosso justificador.
  - Não trabalhar para ser salvo não significa que o cristão não deve realizar boas obras (Ef 2.10).
  - É interessante perguntar ao pessoal de sua igreja: “Por que Deus deveria deixá-lo entrar no céu?” e verificar se as respostas demonstram esforço pessoal ou fé na graça divina. Elas podem indicar um misto de “fé e obras” ou até uma “fé na fé”, como vimos.
- “Davi” (4.6-8): Paulo se volta para o pecador Davi, que confessa seu pecado no Sl 32 e afirma ser feliz quem recebe a justificação de Deus. Ele sabe que não fez nada para merecer isso; seu pecado foi “coberto” (Sl 32.1).<sup>9</sup>
  - Ter justiça atribuída (ser justificado) significa que seu pecado não é contado contra você. Seu pecado não pode condená-lo (Rm 8.1) e não afeta seu status diante de Deus. Por isso Davi nos ensina que somos bem-aventurados (felizes) por sermos justificados.
  - Ser justificado nos permite levantar mais fácil quando caímos, pois não precisamos nos desesperar com medo de ter perdido a salvação. Ela não depende de nossas obras.
- “já circuncidado” (4.9-12): a justificação de Abraão (Gn 15.6) aconteceu antes de sua circuncisão (Gn 17). Esta foi apenas o sinal exterior da realidade interior (como o batismo hoje). Da mesma maneira, os gentios são justificados sem a circuncisão (4.11).
  - Abraão é pai dos crentes incircuncisos (4.11) e pai dos circuncisos que creem (4.12).
- “promessa” (4.13-17): Abraão recebeu a promessa antes da lei, ou seja, pela fé. Ele foi salvo por crer nas promessas de Deus.
- “não há transgressão” (4.15): a lei incita o pecado e o estabelece como transgressão da norma.

<sup>9</sup> A NVI traduz incorretamente como “apagado”. O termo hebraico significa “vestido, coberto com roupa”. Poderia se dizer que foi removido da vista, mas só foi apagado e pago com a morte expiatória de Jesus.

- “firme”, “garantida” (4.16): a promessa é garantida porque não depende de nossa obediência, e sim da fidelidade de Deus às suas promessas.
- “Deus que vivifica... e chama...” (4.17): Abraão creu no poder de Deus contra as circunstâncias.
  - Ele creu que Deus poderia ressuscitar seu filho Isaque, se tivesse sido imolado por ele (Gn 22.8; Hb 11.17-19).
  - Também creu que Deus poderia chamar à existência o que não existe, ou seja, gerar um filho de seu corpo amortecido (4.19-21; Hb 11.11-12).
- “contra toda esperança” (4.18): a fé é racional, mas não olha para as circunstâncias, os sentimentos ou as aparências (4.19-20; Hc 3.17-18). Não é só otimismo, mas sim considerar a situação da perspectiva de Deus, a partir do que ele prometeu e falou. É confiar no caráter de Deus, em sua fidelidade, poder e amor. É confiar que sua palavra define a realidade e não o que vemos. Quem crê em Deus consegue enfrentar qualquer coisa na vida.
- “sem enfraquecer” (4.20): apesar dos seus vacilos e “ajudinhas”, Abraão foi fortalecido em sua fé pela graça de Deus.
- “por nossa causa” (4.24): o exemplo de Abraão está registrado para nossa edificação, para que entendamos como funciona a justiça imputada (justificação).
- “ressuscitou” (4.25): o paralelismo poético significa que tanto a morte de Jesus quanto sua ressurreição foram para remoção do pecado e nossa justificação. No pensamento paulino, a morte e a ressurreição de Jesus são eventos inseparáveis.
  - A morte de Jesus o “fez pecado por nós” (2Co 5.21) e a ressurreição o vindicou e o livrou do poder do pecado e da morte, nos dando a certeza do perdão de Deus e de nosso status de justificados perante ele. Nele “somos mais que vencedores” (Rm 8.37).
  - Nós que estamos unidos com ele também morremos para o pecado e ressuscitamos para a justiça de Deus, ou seja, para novidade de vida (Rm 6.2-11).

## **C. A PROVISÃO DA JUSTIÇA DE DEUS (5.1–8.39)**

- Após introduzir o conteúdo da justificação provida por Deus (1.18–4.25), Paulo agora continua a explicar a justificação usando termos menos teológicos e judaicos (como na seção anterior) e preferindo uma linguagem mais relacional e pessoal (uso da primeira pessoa).
  - Paulo faz um enquadramento das seções principais com o uso da expressão “por meio de nosso Senhor Jesus Cristo” ou da expressão similar “em Cristo Jesus, nosso Senhor” (5.1,11,21; 6.23; 7.25; 8.39). Esta pista literária nos ajuda a determinar a estrutura destes capítulos.

### **1. Os benefícios da justificação (5.1-11)**

- “Justificados, pois” (5.1): Paulo sumariza a seção anterior para introduzir seu novo assunto, que é uma consequência das verdades já estabelecidas.
  - Muitos temas desta seção são retomados em 8.18-39, criando um enquadramento (*inclusio*): “esperança” (5.2; 8.20-25); “glória de Deus revelada” (5.2; 8.18-21); “gloriar no sofrimento” (5.3; 8.35-37); “amor de Deus expresso” (5.5; 8.31-39).
- “temos paz” (5.1): é paz “com Deus”, ou seja, reconciliação com o Criador (5.10-11; Cl 1.20).
  - Essa paz não é subjetiva, ou seja, não depende de “sentirmos” paz. Ela é concreta e foi alcançada por meio da obra de Jesus. A paz que sentimos é a “paz de Deus” (Fp 4.7; Rm 1.7).
  - O pecado não faz mais separação entre nós. Fomos salvos da ira (5.9). Deixamos de ser inimigos de Deus (5.10). Foi cancelada nossa dívida com ele (Cl 2.14).

- “acesso” (5.2): a reconciliação nos dá acesso contínuo à presença do Pai (Ef 3.12).
  - Em Cristo somos conduzidos à sala do trono do rei. Sua morte nos deu acesso ao Santo dos Santos (Hb 10.19-20) e podemos nos aproximar do trono da graça (Hb 4.16).
  - Esse acesso nos permite desenvolver um relacionamento pessoal e íntimo com o Criador. Somos aceitos por Deus. Agora podemos chamá-lo de nosso “Pai” (Rm 8.15-16; Mt 6.9; 1Jo 3.1).
  - A justificação não é só remoção da hostilidade (aspecto negativo), mas também é acréscimo de novo relacionamento (aspecto positivo). Deixamos a inimizade (Tg 4.4) e passamos a ter amizade com o próprio Deus (Jo 15.14-15). Podemos nos achegar a ele (Tg 4.8).
- Quem não entende a justificação pela fé se sente inseguro quanto a ser aceito por Deus. As igrejas precisam tranquilizar essas pessoas sem fé e o fazem de várias formas:<sup>10</sup>
  - Igrejas legalistas focam na conduta moral dos crentes e condenam fortemente todos os desviados e incrédulos. A fé depende da obediência; quando alguém cai ou peca, perde a fé e muitas vezes sai da comunidade. O comportamento moral é a base para a justificação.
  - Igrejas intelectuais focam na correção doutrinária e condenam os hereges (outras denominações e seitas). A fé depende do conhecimento intelectual das doutrinas (e até da Bíblia). A correção teológica (sã doutrina) é a base para a justificação.
  - Igrejas de poder focam nos eventos extraordinários (sinais e milagres) do Espírito Santo e condenam as igrejas “frias”. A fé depende de viver continuamente experiências dramáticas, com foco no louvor, oração e batalha espiritual. O enlevo emocional é a base para a justificação.
  - Igrejas sacerdotais focam nos rituais e na tradição. A fé depende da participação nas cerimônias litúrgicas e nos eventos regulares (cultos, procissões, campanhas, retiros, departamentos da igreja, corais e bandas). A tradição denominacional é a base para a justificação.
  - Observe que todos os elementos mencionados são importantes para a vida da igreja, mas não podem se tornar em base para a justificação (ou seja, a certeza da salvação).
- “esperança da glória” (5.2): temos a expectativa de desfrutar completamente no futuro da glória de Deus. É mais do que mera esperança; é uma convicção, uma certeza carregada de expectativas.
  - É a esperança de vivermos plenamente na presença de Deus, de vê-lo face a face (1Jo 3.2).
- Estes três benefícios (5.1-2) indicam os aspectos temporais da salvação que recebemos, definidos pelas três doutrinas básicas do cristianismo:
  - Nossa reconciliação (“paz”) com Deus já foi efetivada (passado) = justificação pela fé;
  - Viver diante do Pai (“acesso”) nos transforma continuamente (presente) = santificação;
  - Aguardamos o dia (“esperança”) em que o veremos face a face (futuro) = glorificação.
- Após a apresentação do problema da humanidade (inimizade com o Criador que gera condenação), sua definição do evangelho deve incluir estes três importantes elementos da solução de Deus.
- “tribulações” (5.3): Paulo reforça que estes conceitos também são importantes quando estamos aflitos, pois nos sustentam durante o sofrimento.
  - Não precisamos nos alegrar com a tribulação em si mesma! Algumas vezes achamos (incorrectamente) que precisamos ser castigados por Deus por causa de nossos pecados; só assim alguns conseguem lidar (erroneamente) com a sua culpa. O castigo já foi pago por Jesus. Contudo, é possível que Deus discipline o filho a quem ama (Hb 12.5-11).
  - Infelizmente, a tribulação também produz em alguns crentes um senso de superioridade em

<sup>10</sup> Adaptado de Keller, *Romanos 1-7 para você*, p. 68.

relação aos outros que não sofreram como eles. Dessa forma, a tribulação passa a agir como um mérito pessoal, como uma obra que merece recompensa de Deus. Aqui se aplica o mesmo princípio exposto por Jesus em relação a esmolas, oração e jejum (Mt 6.1-18): a justiça própria só serve para obter louvor dos homens e não terá recompensa do Pai.

- “sabendo que” (5.3): nós nos gloriamos nas tribulações porque sabemos que o sofrimento, quando corretamente enfrentado, sempre traz crescimento e bênção.
  - Desenvolvemos “perseverança” ao realinharmos nossas prioridades. A aflição nos revela quem somos verdadeiramente (Dt 8.2) e nos leva a depender de Deus (Dt 8.3). Embasados no amor de Deus e no poder do Espírito podemos persistir na fé e enfrentar qualquer tribulação.
  - Ganhamos “experiência” (5.4). O termo original utilizado aqui indica a experiência de passar por um teste e obter “um caráter aprovado” (conforme a NVI).
  - Forma-se a “esperança” (5.4), que não decepciona (5.5). Ao confiarmos em Deus, temos uma base que não produz decepção.
- “derramado” (5.5): o Espírito Santo enche o nosso coração com o amor de Deus. Isso ocorre principalmente em meio à tribulação, que nos leva a nos aproximarmos de Deus. A percepção do amor de Deus nos encoraja e fortalece a nossa esperança (a confiança em Deus).
- “Deus prova” (5.8): a comprovação do amor divino é o fato de que Jesus morreu por nós quando ainda éramos pecadores injustos e inimigos de Deus (5.6-8). Estábamos mortos no pecado (Ef 2.4-5) e recebemos vida por causa do amor de Deus.
  - Mesmo alguém muito amoroso dificilmente morreria por uma pessoa perversa (5.7). Daí o contraste com a atitude voluntária de Cristo, que deu a sua vida por nós e assim revelou o amor do Pai (1Jo 3.16; Jo 3.16). Com o contraste feito, Paulo vai além do que João declara.
- “muito mais” (5.9-10): Paulo assegura a perseverança dos santos com dois argumentos.
  - Se fomos justificados quando éramos inimigos (5.9), permaneceremos salvos da ira divina (no juízo final) agora que somos amigos reconciliados (5.10).
  - Se a morte de Jesus produziu a nossa reconciliação com o Pai (5.10), então a sua vida ressurreta produzirá “muito mais”, ou seja, produzirá em nós a perseverança e a certeza da salvação.
  - Paulo defende que Deus nos fará perseverar até o fim (Fp 1.6; Rm 8.32).
- “em Deus” (5.11): Deus é o motivo supremo de nossa alegria. Nós nos gloriamos nele por causa da obra de Cristo que nos reconciliou com Deus. Podemos nos alegrar com isso porque não é algo que dependa das circunstâncias ou do nosso esforço. Nossa esperança em Deus não nos desaponta (5.5), pois suas promessas são firmes e garantidas.
  - O entendimento das doutrinas básicas da justificação, santificação e glorificação nos dá alegria pela certeza da reconciliação alcançada.
  - Quando sofremos críticas de outros, podemos aceitá-las mais facilmente, pois reconhecemos que somos ainda pecadores (e bem piores do que os outros imaginam), mas somos pecadores justificados e reconciliados com Deus (8.31-34).
  - Quando sofremos acusação do inimigo ou da consciência, podemos nos voltar a Deus, pedir perdão se necessário, nos ampararmos no seu amor e continuarmos firmes na fé.
- Paulo se gloria em três coisas nesta seção: na esperança da glória de Deus (5.2), nas tribulações (5.3) e em Deus (5.11).

## 2. Comparação entre Adão e Cristo (5.12-21)

- Paulo estabelece uma comparação entre o primeiro Adão e o segundo (Jesus), demonstrando

similaridades e diferenças entre eles.

- Essa é uma seção densa da epístola, que trata de muita coisa. Paulo explica como a obra de Jesus reverteu o pecado de Adão.
- “entrou o pecado” (5.12): Paulo descreve a sequência de eventos da Queda (Gn 3) desta forma: surgimento do primeiro pecado, sentença de morte como consequência, e transmissão desta condição caída a todos os seres humanos.
- Embora Eva tenha sido a primeira a pecar, Paulo estabelece Adão como o representante da humanidade que falhou em sua missão diante de Deus e transmitiu a morte a todos os seus descendentes (Gn 5.3, “à sua semelhança... e imagem”).
- “todos pecaram” (5.12): Paulo não se refere aos pecados individuais de cada pessoa, mas sim ao pecado original cometido pelo nosso representante maior, o primeiro Adão. Nele, todos pecaram.
- Paulo é bem claro quanto à doutrina da solidariedade humana. Isso quer dizer que o representante da humanidade envolve todos a quem representa no que faz, quer seu resultado seja bom, quer seja ruim. No AT, vemos vários exemplos de uma família compartilhar da culpa e da punição dada ao dirigente e representante da família (Nm 16.26-32; Js 7.24-25).
- Estranhamos este ensino de representatividade porque vivemos numa cultura ocidental muito individualista. Não queremos ser punidos pelo pecado de outra pessoa (Adão). Contudo, aceitamos representação em algumas instâncias, como na negociação trabalhista por meio do líder sindical, na defesa de nossos direitos por um advogado ou no estabelecimento de leis e administração da sociedade pelos políticos eleitos.
- Não demos nosso voto para eleger Adão como nosso representante. Mas Deus o criou exatamente para ser o pai da humanidade e, com isso, seu representante geral. Ele foi nomeado pelo próprio Deus, que certamente sabe escolher melhor do que nós.
- “havia pecado” (5.13-14): Paulo explica seu argumento indicando que já havia pecado no mundo antes de Deus ter revelado formalmente sua lei a Moisés.
- A lei deixa claro quando há transgressão (5.20; 4.15). Não quer dizer que não há pecado ou culpa antes da lei formal, mas sim que a lei revelada define bem o que é pecado. A responsabilidade humana de obedecer a Deus aumenta bem mais com o conhecimento dos mandamentos divinos. A lei apenas comprova que a “falta de conhecimento” (se ignorarmos a norma de Deus gravada no coração, 2.15) não é o que nos impede de obedecer a Deus, mas sim nossa rebeldia.
- “a morte reinou” (5.14): mesmo sem lei a morte já existia como consequência do pecado original. Ela se impôs mesmo sobre quem pecou de forma diferente da de Adão.
- “figura” (5.14): Adão é um tipo de Cristo, que também é um representante geral da humanidade. Ele é o “último Adão” (1Co 15.45), o ser humano perfeito e sem pecado.
- Esta é a boa notícia em nós termos representantes gerais ao lidarmos com Deus. Adão pecou e todos pecamos com ele. Mas Jesus obedeceu e todos obedecemos com ele!
- Se não aceitarmos este representante, precisaremos pagar individualmente nossos pecados diante de Deus. Nossa posição diante de Deus depende da humanidade à qual escolhemos pertencer: a antiga criação ou a nova criação (2Co 5.17).
- “não é como” (5.15-19): Paulo salienta as diferenças entre a obra de Adão e a de Cristo.
- Adão cometeu uma “ofensa” ou “transgressão”, uma desobediência consciente aos mandamentos de Deus por conta de sua rebeldia e desejo de autonomia. Jesus oferece um “dom gratuito”, uma “dádiva”, sacrificando sua liberdade e justiça voluntariamente para obedecer a Deus em tudo (Fp 2.8; Jo 4.34; 5.30,36; 6.38; 17.4) e assumir a punição que nós merecíamos. A motivação por trás destes atos é completamente diferente!

- A desobediência (“ofensa”) de Adão gerou a nossa condenação (5.16) e morte (5.17), mas a obediência (“ato de justiça”) de Jesus resultou em graça (5.16), justificação (5.16) e vida (5.17). A obra de Jesus, portanto, desfez as consequências do pecado de Adão (6.23). Paulo repete estes conceitos em 5.18-19.
- “tornarão justos” (5.19): a obediência de Jesus não apenas nos livrou da condenação (8.1), mas também nos tornou justos. Compartilhamos da obediência dele e, se estamos nele, passamos a merecer a vida eterna porque o Pai nos olha através de Jesus (obviamente, não a merecemos por nossos próprios méritos, mas sim pelos de Cristo). Ou seja, Cristo assumiu sobre si o nosso castigo (Gl 3.13) e lançou (imputou) sobre nós a sua obediência e justiça (2Co 5.21).
- “aumentou” (5.20-21): a revelação da lei deixou o pecado mais explícito e em evidência, ou seja, ele “aumentou”. Paulo conclui mostrando que a graça de Deus superabunda mesmo onde o pecado aumentou muito. Todo o pecado da humanidade não é capaz de impedir a ação da graça redentora de Deus, que produz em nós justificação e vida.

### **3. O evangelho traz uma nova vida (6.1-23)**

- Os capítulos 6 a 8 de Romanos abordam aspectos da santificação do crente. Explicam as transformações que Deus realizará em nós por meio do evangelho.
- Após defender que a justificação recebida pelo crente é oferecida pela graça e não depende de nossos esforços, Paulo volta a explicar o papel da obediência na vida cristã.
  - Ele usa duas perguntas principais no capítulo 6, considerando que agora vivemos na graça: “Continuaremos no pecado?” (6.1) e “Podemos pecar?” (6.15). Responde às duas perguntas com um enfático “De modo nenhum!”.
  - A primeira pergunta questiona o papel das boas obras na vida do crente. Ou seja, o evangelho muda os padrões pecaminosos da vida do crente? Sim, diz Paulo. Ele ensina que o evangelho conduz a uma vida santificada.
- “morremos para o pecado” (6.2): Paulo indica que o crente não está mais sujeito ao poder do pecado; ele não pertence mais ao reino das trevas (Cl 1.13; At 26.18). Isso não significa que não queremos mais pecar, porque infelizmente o crente ainda sente vontade disso (Rm 6.12-14; 7.18).
  - Na justificação ficamos livres do poder de o pecado nos governar, mas não de sua presença. A presença do pecado só será eliminada na glorificação. Antes do novo nascimento não podíamos resistir ao pecado e nem o percebíamos como pecado. Agora podemos resistir a ele.
- “batizados” (6.3-4): o batismo é uma identificação total com Cristo. Na imersão do batismo, somos simbolicamente sepultados (ou crucificados; 6.6) com Cristo, isto é, morremos para a vida pecaminosa; na emersão, somos ressuscitados com Cristo para uma nova vida santificada (6.5,8).
- “seja destruído” (6.6): o pecado atua em nosso corpo físico. Ao crucificarmos a velha natureza, o pecado perde o poder sobre o nosso corpo (6.7). Se pecamos, agimos contra a nossa nova natureza.
- “viveremos” (6.8-10): estamos identificados com Cristo em sua morte e em sua ressurreição. Por isso, também viveremos com ele. Há diferenças entre a morte de Cristo e sua vida ressuscitada: a morte foi um evento passado, “de uma vez para sempre” e “para o pecado”; a vida ressuscitada é contínua e presente e “para Deus”.
- “considerem-se” (6.11-14): embora já estejamos mortos para o pecado, Paulo nos exorta a utilizarmos esse privilégio. Precisamos nos apropiar desta verdade para não deixar o pecado nos escravizar novamente.
  - Paulo trabalha paradoxalmente descrevendo diversas situações tanto como já concretizadas (modo indicativo) quanto ainda como algo a realizarmos (modo imperativo). Ou seja, ele afirma que os cristãos já morreram para o pecado (indicativo; 6.2), mas os conclama a fazer morrer o

pecado (imperativo; 6.12).

Isso significa que a nova vida em sua manifestação moral é, de uma só vez, proclamada e apresentada como fruto da obra redentora de Deus, em Cristo, por meio do Espírito Santo – o indicativo; em outras passagens, porém, é colocada de modo igualmente enfático como uma exigência categórica – o imperativo. [...] Em cada caso o imperativo vem depois do indicativo por meio de uma conclusão.<sup>11</sup>

- A moralidade exterior ou o interesse religioso não são sinais de morte para o pecado. Embora o crente ainda tenha pecados ocasionais (1Jo 1.8), não deve viver na prática do pecado (1Jo 3.9). Ou seja, não deve tolerar a sua presença, nem pecar deliberadamente ou de forma contínua. Somos livres para resistir ao pecado; não devemos deixá-lo reinar. Há uma luta interior em cada crente contra as paixões que o pecado incendeia (7.17-20).
- Em lugar de obedecer às paixões do pecado, devemos obedecer a Deus (6.12-13). A vida cristã consiste em deixar as coisas erradas e praticar as coisas certas. Paulo nos exorta a oferecermos nossa vida a Deus e, mais especificamente, nosso corpo como instrumento de justiça. Tanto o interior quanto o exterior devem estar consagrados a Deus.
- Paulo informa que estar livre do sistema de justiça própria (lei) também nos livra do poder do pecado. Pecamos porque buscamos encontrar nossa justificação em algo que não é Deus (ou seja, nossa identidade, propósito e valor). Isso ficará mais claro no estudo do capítulo 7.
- A segunda pergunta principal do capítulo (6.15) é se a graça nos libera para pecarmos à vontade.
- “servos” (6.16): Paulo explica que nunca estamos livres de um senhor. Somos servos do pecado ou de Deus. Essa é a essência deste trecho (6.16-22).
  - Todos adoramos algo, portanto todos somos servos de algo; todos vivemos para alguma coisa que nos dá o sentido de viver. Por isso, todos “são servos daquele a quem obedecem”.
  - A sociedade ocidental recente (desde o Iluminismo do século 18) tenta se livrar da religião porque entende que as regras de Deus restringem a liberdade do ser humano. Anunciam Deus como um opressor que deseja nos tirar o direito à felicidade. A cosmovisão bíblica apresentada aqui por Paulo revela que é exatamente o oposto que é verdadeiro. Toda a humanidade está escravizada pelo pecado (mas entende isso como “liberdade” da justiça divina; 6.20); somente por meio do evangelho somos libertos do domínio do pecado e passamos a ter a liberdade de escolher entre servir a Deus ou ao pecado.
- “justiça” (6.17-18): a obediência à doutrina do evangelho (a justificação pela fé que nos liberta do pecado) significa ser escravo da justiça. Ou seja, não obedecemos aos mandamentos de Deus para sermos salvos, mas porque já fomos salvos e queremos nos tornar justos e piedosos.
  - Para Paulo, a conversão significa **obedecer** de coração à **doutrina** do evangelho. Ela não depende das emoções, mas de uma compreensão intelectual (“doutrina”) e espiritual (“de coração”) da obra de Cristo que gera uma submissão voluntária (“obedecer”) ao senhorio de Jesus.
  - Todo este processo ocorre no crente por meio da graça de Deus (6.17).
- “santificação” (6.19-22): Paulo explica os resultados de cada tipo de obediência. Quem é escravo do pecado colhe frutos pecaminosos que levam à morte (6.21). Quem é servo da justiça gera frutos para a santificação e a vida eterna (6.22).
  - Servir ao pecado escraviza cada vez mais. Os ídolos do coração (aqueles que prezamos mais do que Deus) prometem muito, mas nunca satisfazem; só produzem desespero e morte.
  - Servir a Deus é um esforço **contínuo** e **intencional** de nossa parte de agir (oferecer nosso corpo)

---

<sup>11</sup> Ridderbos, p. 288.

a serviço da justiça. Não é uma espera passiva por transformação vinda de Deus. Contudo, ao mesmo tempo em que somos nós que devemos desenvolver nossa salvação, é o próprio Deus quem efetua em nós o querer e o realizar (Fp 2.12-13). Esse é o grande mistério paradoxal da soberania divina e da responsabilidade humana.

- Cada escolha que fazemos gera uma atitude ou uma ação que molda um pouco a nossa vida. A repetição de certos tipos de ações forma hábitos que transformam nosso caráter, de modo que se torna cada vez mais fácil seguir este padrão e continuar repetindo estas ações. Se são más ações, chamamos esse padrão de vício; se boas, de virtude.
- Essa percepção nos faz entender como a limitação da extensão da nossa vida terrena foi realmente um ato gracioso de Deus (Gn 3.22). Quanto mais tempo vivemos sujeitos ao pecado, mais pecaminosos nos tornamos.
- Paulo nos chama a agir como servos da justiça, libertos do pecado. Nossa identidade (percepção de quem somos) afeta nossas ações e reações. Devemos crer no evangelho e nos conscientizar a respeito de nossa nova identidade em Cristo. Isso produzirá em nós ações e atitudes de justiça para a santificação.
- “salário” (6.23): esse conhecido versículo resume bem as consequências de cada escravidão. O pecado produz morte; a vida eterna é uma graciosa dádiva de Deus, a qual produzirá em nós santidade e justiça (Ef 4.22-24).

#### **4. A nova vida não depende da lei (7.1-25)**

- “enquanto... viva” (7.1): Paulo continua no capítulo 7 a responder se o evangelho nos permite viver de qualquer jeito. E sua resposta continua sendo “Não!”, a lei perdeu o poder sobre o crente porque este morreu com Cristo.
- “casada” (7.2-4): ele exemplifica a situação com o casamento, demonstrando que estamos livres da lei da mesma forma que a viúva está liberada para novo casamento porque o marido morreu.
- “pertencem a outro” (7.4-6): fomos libertos da lei para assumirmos um novo relacionamento, no qual devemos frutificar e servir “de maneira nova”. Portanto, não podemos agir de qualquer forma, pois estamos agora em um novo “casamento”.
  - O relacionamento conjugal nos leva a perder certas liberdades porque escolhemos ter intimidade com a pessoa amada. Isso é prazeroso, e não um fardo. É assim também no evangelho, que afeta todas as áreas da nossa vida. Por isso, embora tudo seja lícito, nem tudo convém (1Co 6.12; 10.23).
  - Dessa forma, a lei já não serve para gerar frutos “para a morte” (7.5), mas funciona para o crente como uma expressão dos princípios e desejos de Deus para a nossa vida com ele. Este é um propósito secundário da lei. “O mandamento é santo, justo e bom” (7.12). Obedecemos à lei para demonstrar nosso amor e agradar aquele que nos livrou da escravidão do pecado. É esse o “novo modo do Espírito”, que interpreta os princípios e não a letra da lei.
- “a lei é pecado?” (7.7-13): Paulo elabora seu argumento e explica para que serve a lei.
  - Seu propósito principal é revelar a natureza do pecado. A lei define o que é o pecado, ou seja, nos explica o que está ou não dentro da vontade de Deus, para que possamos ter conhecimento do bem e do mal.
  - O pecado dentro de Paulo, em sua própria natureza, se tornou evidente (7.13). Ou seja, a lei nos mostra que somos pecadores e que precisamos ser salvos pela graça divina.
- “cobiça” (7.7): Paulo exemplifica com a cobiça. Ao tentar evitá-la, percebeu que não conseguia, pois em todos nós habita uma perversidade de querer fazer aquilo que é proibido.
  - A lei de Deus estabelece padrões e mandamentos que restringem a nossa autonomia. Desde o

Éden queremos ser “como Deus” (Gn 3.5), independentes, capazes de determinar o bem e o mal por nossa própria conta. O pecado nos faz ver a lei de Deus como uma violação de nossa “soberania”, por isso a nossa natureza pecaminosa reage contra essa imposição opressiva fazendo exatamente o contrário para demonstrar que mandamos em nossa própria vida.

- É como querer evitar o seu alimento preferido durante uma dieta. Quanto mais você tenta não pensar nele porque é “proibido”, tanto mais fica com vontade de comê-lo.
- “vivia sem a lei” (7.9): como judeu, Paulo sempre conheceu a lei de Moisés. Ele explica aqui que achava que estava vivo, porque seguia regras simples da lei e não tinha verdadeira compreensão do propósito maior da lei, que é apontar para uma santidade impossível e nos convencer de nossa pecaminosidade.
  - Como fariseu, Paulo cumpria todos os regulamentos visíveis da lei, ou seja, tudo o que ela falava sobre comportamento externo. Por exemplo, não roubava, não matava... No entanto, Jesus demonstrou que o princípio divino se refere às atitudes e motivações do coração (Mt 5.17-48). Daí a cobiça também se torna um pecado que leva à morte.
  - É possível aplicar isso hoje à vida dos crentes na igreja? Quantos obedecem à forma exterior da lei e descuidam do seu coração?
- “eu morri” (7.9-13): quando Paulo se tornou consciente do propósito do “mandamento” (ou seja, foi convencido de seu pecado), então ele percebeu que, de fato, estava morto (ou seja, condenado e sem salvação).
  - A falha não está na lei, que é boa, mas em nós, que somos pecadores. Por fora achamos que somos decentes e bons, mas por dentro sabemos que há cobiça e morte.
- “sou carnal” (7.14-25): numa profunda autoanálise, Paulo revela os abismos do seu coração.
  - Muitos estudiosos sérios discordam de que Paulo esteja se referindo à sua vida cristã, porque não conseguem ver como Paulo está sendo profundamente sincero. Daí propõem que ele esteja se referindo à sua vida antes da conversão ou falando hipoteticamente sobre um incrédulo.
  - Evidências para concluir que Paulo fala de sua vida presente como cristão: 1) ele usa verbos no tempo presente (até o v. 13 estavam no passado); 2) Antes (7.7-13) Paulo estava “morto”, agora (7.14-25) luta contra o pecado; 3) Paulo tem “prazer na lei de Deus” (7.22), o que é impossível para um incrédulo (8.7); 4) Paulo reconhece sua natureza pecaminosa (7.17-18), o que indica seu convencimento do pecado pelo Espírito Santo.
  - De fato, é mais comum um crente imaturo ou neófito se sentir confiante em excesso acerca de sua santidade. Quanto mais nos aproximamos da luz de Deus, mais percebemos as manchas que ainda restam ser limpas em nossa vida. Ou seja, só o crente maduro é capaz de confessar a profunda corrupção do seu próprio coração. Paulo se considerava “o principal pecador” (1Tm 1.15-16; Ef 3.8). Quanto mais santos nos tornamos, menos santos nos sentimos!
- “a lei” (7.14-25): Paulo contrasta a lei de Deus com a sua própria “lei” interna, ou seja, os princípios e forças que regem o seu comportamento e o seu coração. É preciso prestar atenção para diferenciar à qual lei ele se refere em cada versículo.
- “meu modo de agir” (7.14-23): Paulo explica três vezes sua intensa luta interior.
  - Começa com o contraste entre a sua natureza “carnal” e a lei “espiritual” (7.14). Ele reconhece que não faz o que devia (7.15-16), pois é o pecado que o leva a agir assim (7.17).
  - Continua descrevendo que o pecado habita nele (7.18-20) e o leva a praticar o mal. Seu “eu interior” não quer isso, mas não consegue realizar o bem e acaba cedendo ao mal (7.21).
  - Termina confessando que seu “eu interior” deseja Deus (7.22), mas seus “membros” (sua natureza pecaminosa) obedece à lei do pecado (7.23).

- “miserável homem” (7.24-25): embora reconheça a atuação do pecado em seu interior, Paulo se regozija na vitória sobre o pecado obtida em Cristo. O cristão possui uma nova identidade: antes era completamente sujeito ao pecado; agora pode lutar contra ele porque está livre do seu domínio opressor. Só o crente passa por essa luta interior; o incrédulo geralmente não tem consciência do seu pecado.
  - Isso fica claro na percepção de Paulo de que seu verdadeiro “eu” interior quer praticar o bem, tem prazer na lei de Deus, e odeia o pecado. Embora confesse sua luta contra o pecado, ele define a sua identidade verdadeira como cristão que ama a Deus e quer obedecê-lo.
  - Observe que Paulo está retratando aqui a sua luta interior por si próprio. Depois ele apresentará a poderosa capacitação do Espírito Santo para a vida cristã (Rm 8).
  - A confissão sincera de Paulo nos adverte contra acharmos que venceremos o pecado sozinhos ou durante esta vida. “Quem me livrará?” (7.24). Precisamos estar sempre alertas (1Co 10.12)! Contudo, também nos traz o conforto de percebermos que nossa luta interior é comum a todos os cristãos e não um sinal de que estamos fracassando na fé.
  - A confissão de Paulo admite sua luta contra o pecado e isso nos exorta contra o legalismo cristão (e o perfeccionismo metodista)<sup>12</sup> que ensina que o cristão não luta mais contra o pecado. Sua confissão também deixa claro que ele odeia o pecado que habita nele e isso nos exorta contra a libertinagem ou permissividade cristã que não dá importância aos pecados praticados pelo crente, porque ele já foi salvo.

## 5. A nova vida depende do Espírito Santo (8.1-39)

- “condenação” (8.1): após descrever sua luta interior, Paulo reforça que a salvação em Cristo já nos garante que não estamos debaixo de condenação. Não há mais dívidas a serem pagas (Cl 2.14) ou penalidades a serem cumpridas (Rm 5.18). Nunca mais existirá condenação para os que estão em Jesus, pois não passarão pelo juízo (Jo 5.24).
  - Alguns crentes pensam que, se pecarem, voltarão a estar debaixo da condenação até confessarem seu pecado e se arrependerm dele. Ou seja, estarão perdidos se morrerem neste momento. Contudo, a Bíblia não permite este tipo de interpretação que pressupõe que se pode ganhar e perder a salvação a todo momento, dependendo de nossas obras. A salvação foi dada graciosamente por causa do que Jesus fez; não depende de nossa conduta. Paulo é enfático aqui em afirmar que não existe mais nenhuma condenação para o crente.
  - Ao esquecer desse princípio bíblico importante (que não há condenação), o crente pode virar legalista (cuidadoso demais com as suas obras para não ser condenado) ou libertino (sem interesse pela santidade porque não lhe traz vantagem). A verdadeira motivação para uma vida cristã de santidade e boas obras é a gratidão e o amor ao Deus triúno.
- “livrou” (8.2): estamos libertos da condenação do pecado (8.1) pela justificação; também estamos libertos da “lei do pecado” (seu poder) por meio da santificação produzida pelo Espírito Santo. Em resumo, a luta contra o pecado é vencida em etapas, como revelam as doutrinas da salvação:
  - A justificação pela fé nos forneceu na conversão livramento da **culpa** e da **punição** do pecado.
  - A santificação progressiva em nossa vida presente nos dá livramento do **poder** do pecado, permitindo que lutemos contra ele a cada dia.
  - A glorificação futura nos dará livramento completo da **presença** do pecado.
- “Deus fez” (8.3): Deus resolveu nosso problema com o pecado enviando seu Filho como ser humano encarnado. É apenas “em semelhança de carne pecaminosa” porque Jesus não tinha pecado.

---

<sup>12</sup> Ensina que é possível ao crente alcançar a santidade total na vida presente, ficando livre de todos os pecados.

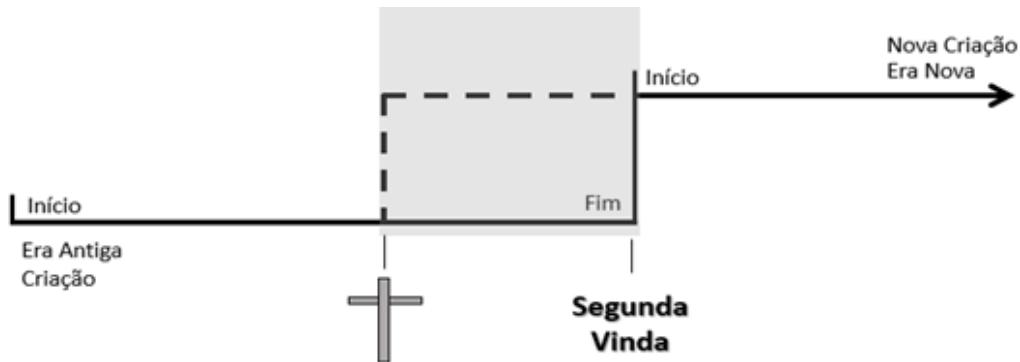
Quando Jesus se tornou oferta pelo pecado (2Co 5.21), Deus condenou e puniu todo o pecado.

- “segundo o Espírito” (8.4): a obra do Espírito Santo em nossa vida nos capacita a obedecermos à lei de Deus, ainda que nem sempre com sucesso. Estamos livres de obedecer à lei como meio de sermos aceitos diante de Deus, mas continuamos obrigados a guardá-la como um caminho de santidade para agradarmos a Deus.
- “tem a mente voltada” (8.5): Paulo explica o sucesso para vencer a luta interior contra o pecado. Para que haja mudança real, precisamos depender do Espírito e viver segundo seus princípios. Aquilo em que firmamos nossa mente determina o nosso comportamento e estilo de vida. Ou seja, o que consideramos mais importante (nossa objeto de adoração) direciona nossas escolhas.
  - Em suma: a sua religião se revela naquilo que você faz quando está sozinho. Verifique em que você gasta o seu tempo de lazer, para onde sua mente costuma ir naturalmente quando não há distrações ou deveres! Assim você descobrirá para o que você realmente vive, ou seja, qual é o seu maior objetivo. É isso que determinará suas escolhas, seu comportamento, seu caráter. Eis aí a sua religião!
- “coisas do Espírito” (8.5): Paulo esclarece as “coisas do Espírito” no restante do capítulo. Pensar nisso significa entender nossa posição privilegiada como filhos amados de Deus (8.14-16) que têm acesso confiante à presença de Deus em oração (8.26-27). Esses conceitos devem dominar nossa mente e impactar nossas palavras e ações.
  - Sempre nos importamos com alguma coisa: ou temos uma cosmovisão mundana ou uma cosmovisão bíblica; ou somos autocentrados ou centrados em Cristo. Nossa mente não é um território neutro (8.7).
- “coisas da carne” (8.5-8): geram uma vida de conflitos, escravidão e morte em oposição à vida e paz geradas pelas “coisas do Espírito”. Essa vida carnal não pode agradar a Deus (8.8).
- “no Espírito” (8.9-11): o Espírito Santo habita no crente após a conversão e gera vida. Na glorificação, vivificará nosso corpo mortal. Na cosmovisão bíblica, não há o dualismo grego entre um corpo mau e um espírito bom. O corpo do crente será ressuscitado e receberá vida eterna.
- “mortificarem” (8.12-13): Paulo repete o conceito de que precisamos escolher entre a carne e o Espírito. Se escolhemos viver no Espírito, mortificaremos a carne (natureza pecaminosa).
  - Mortificação é resistir de forma corajosa e persistente à prática do pecado. É rejeitar por completo tudo o que sabemos ser errado, sem dar chance ao pecado. O cristão tem a obrigação (8.12) de evitar tudo o que é pecado e o que leva ao pecado.
  - O pecado se desenvolve pela autocomiseração e desejo de satisfação própria. Recordar constantemente a graça recebida de Deus enfraquecerá a motivação para o pecado e ajudará na mortificação dos feitos da carne. Portanto, para vencer o pecado temos que aplicar o evangelho às tentações e reagir a elas lembrando da graça de Deus: somente o amor a Jesus afastará nosso desejo de viver na carne.
- “filhos de Deus” (8.14): todo cristão tem o Espírito Santo e, portanto, é filho de Deus. É porque somos filhos de Deus e temos o Espírito Santo que podemos resistir ao pecado (8.13). Assim, somos guiados pelo Espírito para amar o que ele ama (Jesus) e odiar o que ele odeia (o pecado).
- “adoção” (8.15): Paulo explica a nossa adoção por Deus. Não somos filhos naturais de Deus (só Jesus o é), mas sim adotados. Nossa relação com Deus como Pai não é automática, mas sim fruto de seu ato legal de adoção.
  - Na adoção romana, o novo filho recebia quitação de suas antigas dívidas; recebia novo nome; passava a ser herdeiro de tudo o que o pai possuía; seu pai se tornava responsável por seus atos; assumia obrigações de amor e gratidão para com o pai. Embora esse costume romano fosse praticado só com homens, Paulo estende o conceito para todos os cristãos, homens e mulheres.

- Não há nada que o filho faça para conquistar uma adoção. Tudo é iniciativa e ação do pai. Apenas em um sentido genérico se pode dizer que todos os seres humanos são “filhos de Deus”; ou seja, como criaturas do Criador. No sentido especial dado pela Bíblia, só os cristãos são filhos de Deus (Jo 1.12).
- “receberam” (8.15-17): Paulo apresenta diversos privilégios da nossa adoção por Deus.
  - Não precisamos viver atemorizados (8.15), pois temos intimidade com o Pai. Podemos chamá-lo de “Aba”, “papai”, “paizinho” (Gl 4.6). É um clamor que expressa emoção e confiança.
  - Não somos escravos (8.15; Gl 4.7) e sim filhos adotivos amados pelo Pai (1Jo 3.1). Os escravos não possuem nenhuma autoridade, mas os filhos sim. Levam o nome da família. O relacionamento dos filhos com o pai é baseado no amor incondicional que este tem por seus filhos, não em padrões de desempenho e medo de ser “despedido” ou castigado. Precisamos tomar cuidado para não cair de volta nesta mentalidade de escravidão (Gl 3.3; 1.6; 4.9; 5.1).
  - Temos segurança de pertencermos à família de Deus (8.16), pois é o Espírito Santo que confirma isso em nosso íntimo. Provavelmente percebemos isso pelo amor derramado em nosso coração (5.5), o “coração aquecido” metodista. Não é algo que sentimos sempre, mas surge de vez em quando essa certeza inabalável da paternidade de Deus.
  - Somos herdeiros com Cristo (8.17). Embora na antiguidade apenas o primogênito fosse o herdeiro do pai e ficasse com o nome e a maior parte dos bens da família, Paulo afirma aqui que todos nós somos herdeiros do reino de Deus. Dele recebemos tudo (8.32).
  - Passamos com Cristo por sofrimento e glória (8.17). Ao nos tornarmos filhos adotivos de Deus, ficamos cada vez mais semelhantes a Jesus (8.29) e, por isso, participamos de seus sofrimentos. Tal como ele foi rejeitado pelo mundo, assim seremos nós (Jo 15.18-21; Mt 24.9). Visto que participamos em seus sofrimentos, também participaremos na revelação da sua glória (1Pe 4.13). Paulo conclui que não há comparação entre o sofrimento presente e a glória futura (8.18).
- “a criação aguarda” (8.19): ao comentar sobre a glorificação futura dos cristãos, Paulo explica que isso impactará toda a criação, que aguarda com grande expectativa esse dia.
  - Toda a criação sofreu as consequências do pecado humano (8.20-21; Gn 3.17-19). A criação foi submetida à “inutilidade” (“vaidade”, mesma palavra de Eclesiastes) e à “decadência” (“corrupção”); ou seja, está presa em um ciclo de vida temporária, morte e decomposição. A criação não é hoje o que foi criada para ser (quebra do shalôm), não é bela ou perfeita como devia ser, é um reino de dor e sofrimento (8.22).
  - Por isso a criação aguarda este momento de libertação do pecado que ocorrerá com a glorificação dos cristãos (8.21). A criação voltará a expressar plenamente seu propósito de glorificar a Deus e, em vez de degeneração, haverá exuberância de vida. O mundo sofre dores de parto para dar à luz os novos céus e a nova terra (8.22).
- “gememos” (8.23): nós também sofremos e aguardamos a glorificação final com paciência (8.25), pois ainda esperamos e não a vemos concretamente (8.24).
- “primícias do Espírito” (8.23): em nossa vida cristã atual recebemos o selo e penhor do Espírito (2Co 1.22; Ef 1.13), ou seja, uma prova do que está por vir (“primeiros frutos”). O Espírito nos vivifica e nos livra do poder do pecado, mas ainda estamos sendo transformados de glória em glória pelo Espírito (2Co 3.18). Este processo de santificação só termina na glorificação.
- “aguardando a adoção” (8.23): Paulo parece se contradizer, pois acabou de declarar que já recebemos a adoção e agora fala que ainda a aguardamos. O que ele quer dizer é que já fomos adotados, mas ainda não desfrutamos da totalidade dos direitos como filhos, que inclui a nossa glorificação final e total semelhança com Cristo (8.29).
  - Este momento atual da vida cristã é descrito pelos teólogos com a expressão “já, mas ainda

não”, que se aplica a todas as áreas de nossa vida com Deus. Esta expressão significa que “já” recebemos o que Deus prometeu nos dar, “mas ainda não” o desfrutamos em sua plenitude. Por exemplo, já somos santos, mas ainda não totalmente santificados; já somos adotados, mas ainda não desfrutamos totalmente dessa filiação; já somos redimidos, mas ainda aguardamos a redenção final do nosso corpo (8.23); já fomos justificados, mas ainda não somos completamente justos; já estamos livres do poder do pecado, mas ainda não da sua presença; já veio o reino de Deus, mas ainda não de forma completa; já estamos nos últimos dias, mas ainda não no último dia, o dia final.

- Vivemos hoje num momento intermediário que os teólogos chamam de “reino inaugurado”. É a intersecção entre a nova e futura criação (“já começou”) e a antiga e atual criação (“mas ainda não terminou”). Veja o quadro a seguir para entender a relação entre a era presente (criação atual) e a era vindoura (nova criação):



- “nos ajuda” (8.26): Paulo prossegue detalhando como é a vida cristã no Espírito e as razões para permanecermos firmes diante do sofrimento presente, além da esperança futura já apresentada (8.18-25). Agora ele apresenta a intercessão do Espírito (8.26-27) e a obra do Pai (8.28-30).
- “não sabemos orar” (8.26): nossa natureza pecaminosa gerou uma mente e um coração corrompidos, por isso não sabemos orar como convém a um filho de Deus. Deveríamos orar “de acordo com a vontade de Deus” (8.27), mas em geral somos egoístas e limitados em nossa visão, de forma que oramos por nossos próprios interesses imediatos. Assim, o Espírito Santo é o “tradutor” de nossas orações, intercedendo em nosso favor diante do trono do Pai. Ele nos capacita a orarmos em harmonia com a vontade de Deus e com os seus propósitos.
  - Nossa oração envolve as três pessoas da Trindade. Jesus abriu para nós o acesso ao trono do Pai e por isso oramos “em seu nome” (Jo 14.13-14; 15.16), ou seja, como seus representantes e de acordo com a sua palavra e vontade (Jo 15.7). Oramos ao “Pai nosso”, como Jesus nos ensinou (Mt 6.9) e recebemos capacitação para orar e intercessão do Espírito Santo (Rm 8.26).
  - A intercessão do Espírito nos dá conforto e segurança de nos achegarmos a Deus mesmo quando estamos sem palavras ou não sabemos como orar. Como filhos feridos que se aninharam no colo paterno, podemos nos esconder em Deus e soluçar sem palavras, pois o Espírito interpretará o que está em nosso coração para Deus.
- “cooperam para o bem” (8.28): Paulo revela o segredo principal da perseverança do crente diante das circunstâncias da vida. Temos a certeza de que tudo o que nos acontece está debaixo da soberana mão do Senhor. Não há acasos ou coincidências (Pv 16.33); as “coisas” não “cooperam” sozinhas ou de acordo com alguma força do universo. É o próprio Deus Criador que age em tudo para produzir o bem final dos seus filhos. Veja adiante a definição especial de “bem”.
  - A tradução de Almeida (ARA) não explicita a ação de Deus. O texto original usa um “passivo divino”, dispositivo literário hebraico para evitar a menção ao nome de Deus. A NVI ajuda o

leitor deixando explícita a ação de Deus: “Deus age em todas as coisas”.

- Quando as circunstâncias da vida nos beneficiam, devemos dar glória a Deus que graciosamente nos dá todas as coisas em Cristo (8.32). É tudo pela graça de Deus.
- Quando as circunstâncias da vida estão difíceis, não precisamos ter medo ou ansiedade porque Deus está no controle de tudo. Podemos ter a certeza de que no final tudo dará certo; se ainda não deu certo, é porque ainda não chegou o final.
- Outra certeza que podemos ter é que tudo o que nos acontece (mesmo que seja doloroso ou ruim) foi julgado necessário por Deus para o nosso crescimento (“bem”). Da mesma forma, tudo o que ele não permitiu nos acontecer (mesmo que seja algo bom e não pecaminoso) foi julgado por ele como não necessário ou apropriado para o seu propósito para a nossa vida.
- Essa postura diante do sofrimento não significa que devemos ignorá-lo ou buscá-lo. O sofrimento em si não é bom, mas Deus o faz cooperar para o nosso bem (Gn 50.20).
- Em suma, o mais importante em nossa vida não é o que nos acontece (as circunstâncias), mas sim como o nosso coração reage. É mais importante acertar a atitude do nosso coração do que mudar as circunstâncias ao nosso redor. Nossa compreensão desta verdade deve gerar em nós um coração humilde, grato e dependente de Deus.
- “daqueles que amam” (8.28): essa verdade só é válida para os crentes que amam a Deus. Estes são aqueles que obedecem aos seus mandamentos (Jo 14.21). Uma boa maneira de ver se amamos a Deus é pela nossa reação às adversidades! Quem só busca a Deus pelo que ele dá logo pula fora quando chega o sofrimento.
- “chamados” (8.28): os cristãos foram chamados, ou seja, trazidos por Deus para um relacionamento íntimo com ele. A iniciativa é de Deus.
- “propósito” (8.28-30): Paulo explica qual é o propósito de Deus na vida de cada cristão. Deus escolheu cada crente para ser conformado “à imagem de seu Filho”, isto é, passar por um processo de transformação do caráter (santificação) até que seja semelhante a Jesus. Este é o “bem” final que Deus produzirá na vida dos crentes por meio de “todas as coisas”. Tudo o que nos acontece faz parte desse processo intenso de Deus esculpir em nós a imagem de Jesus.
  - Portanto, Deus não é um “gênio da lâmpada” que está à disposição para satisfazer nossos desejos e nos levar à felicidade (segundo o nosso entendimento). De fato, ele nos levará ao bem final e à felicidade suprema, mas segundo a definição dele, o que significa nos fazer termos um caráter similar ao de Jesus.
  - Aqui se revela o propósito eterno de Deus para a humanidade (8.29): formar uma família de muitos filhos adotivos (Hb 2.10-11), semelhantes ao primogênito Jesus (2Co 3.18). Deus está formando em nós a natureza divina (2Pe 1.4).
- “predestinou” (8.30): Paulo descreve o processo de conformação do crente a Jesus. Ele menciona cinco passos (8.29-30): conheceu, predestinou, chamou, justificou, glorificou. Cada passo se aplica ao mesmo grupo de pessoas.
  - “Conhecer” aqui tem o sentido de estabelecer um relacionamento.
  - Não debateremos aqui a polêmica doutrina da predestinação (eleição). O verbo significa apenas “destinar antes”; o debate é se foi por presciênci da fé ou por determinação soberana.
- “Que diremos?” (8.31): diante desse controle soberano de Deus sobre nossa vida, Paulo levanta diversas questões que visam sossegar nossa ansiedade existencial. Ninguém pode agir contra nós se Deus não o permitir (8.31; Sl 118.6). Não precisamos nos preocupar com nossas necessidades (8.32), nem com as acusações dos outros (8.33-34).
- “separar do amor de Cristo” (8.35-39): Paulo chega à questão central que poderia realmente nos

preocupar. Há algo que pode nos separar do amor de Cristo? Obviamente, não!

- “vencedores” (8.37): Paulo reafirma que, mesmo nas circunstâncias mais difíceis, somos mais que vencedores porque estamos seguros no amor de Jesus e no poder soberano de Deus. A razão desta certeza se encontra no caráter de Deus, que resolveu nos amar. Não depende, portanto, de circunstâncias, poderes ou qualquer outra coisa na criação.

## **D. A VINDICAÇÃO DA JUSTIÇA DE DEUS (9.1–11.36)**

- Os capítulos 9 a 11 parecem ter pouca relação com o restante da epístola. São considerados de difícil compreensão.
- Após ter explicado no capítulo 8 que o próprio Deus garante a nossa perseverança final, visto que nossa salvação não depende de nossos esforços, mas apenas da graça divina, Paulo passa a responder a uma objeção possível e razoável: e quanto aos judeus? Se eles rejeitaram a Cristo, após terem sido chamados por Deus, por que os crentes não podem naufragar na fé também?

### **1. A soberania do Senhor (9.1-29)**

- “incessante dor” (9.2): Paulo agoniza porque sabe quais são as consequências de o povo judeu rejeitar a Cristo. Como Moisés, está disposto a renunciar à sua própria salvação para que eles venham a ser salvos (9.3).
- “israelitas” (9.4-5): a rejeição de Cristo pelos judeus é inexplicável, visto que tiveram tanta revelação e benefícios.
- “nem todos” (9.6-13): Paulo explica que não foi a palavra de Deus que falhou. A justificativa está no fato de que nem todos os descendentes físicos de Israel são descendentes espirituais de Abraão, ou seja, só são verdadeiramente de Israel os filhos da fé.
  - Paulo já tinha afirmado que algumas pessoas que não eram descendentes físicos dos patriarcas eram verdadeiros israelitas (4.11-16). Sempre foi necessário exercer fé para herdar as promessas; elas não eram “passadas” automaticamente.
  - Paulo exemplifica com Isaque e Ismael (9.7-9) e com Esaú e Jacó (9.10-13). A escolha divina de cada um deles foi feita antes do nascimento deles e não se baseou em nenhuma característica pessoal (não foi presciênciada da fé).
  - Não foi “por obras”, mas por decisão daquele “que chama” (9.11); isto é, pura decisão de Deus segundo o seu propósito não revelado. De novo, a escolha divina não foi por causa de nenhuma ação ou atributo em Isaque ou Jacó que os fizesse serem moralmente superiores aos seus irmãos, mas simplesmente porque o Senhor quis assim exercer sua misericórdia (Tt 3.5).
- “Deus é injusto?” (9.14-18): a doutrina da eleição (só crê quem foi escolhido por Deus) é de fácil compreensão, mas bem difícil de ser aceita. A conclusão natural dos leitores deste trecho ao longo dos séculos é a mesma à qual Paulo reage aqui. Deus parece ser injusto na sua escolha, porque não conhecemos suas razões e não conseguimos compreender como funciona a sua graça.
  - Paulo cita Ex 33.19 (veja o contexto de Ex 33.1-23), quando Deus escolhe exercer misericórdia com o povo que acabara de traí-lo com o bezerro de ouro. Depois revela a Moisés seu caráter (nome) em Ex 34.6-7 como “cheio de misericórdia e fidelidade”.
  - Paulo exemplifica que Deus também pode reter sua misericórdia, endurecendo a pessoa (9.18). A Bíblia afirma que tanto Deus endureceu o faraó (Ex 4.21; 7.3; 9.12; 10.1,20,27) quanto que o faraó endureceu o seu próprio coração (Ex 8.15,19,32; 9.7,17,34). As duas perspectivas são verdadeiras! Deus endureceu o faraó entregando-o à sua teimosia (conforme Rm 1.24,26,28). Deus só endurece quem quer ser endurecido; faz isso retirando sua influência repressora do pecado em nosso coração.

- “oleiro” (9.19-26): Paulo se refere ao que Deus escolhe fazer com a humanidade caída, não com o seu propósito original na criação. Ninguém foi forçado a pecar. A grande pergunta é: por que Deus decide dar graça a um e não a outro? Ninguém sabe!
  - Pense a respeito disso: em geral desejamos que Deus seja justo na distribuição da sua graça, o que mostra como distorcemos os dois conceitos. Medite na parábola de Jesus para entender a perspectiva de Deus (Mt 20.1-16). É contradição querer justiça na distribuição de misericórdia!
  - Paulo explica que Deus não é injusto porque é o Criador e tem direito de usar suas criaturas como bem entende. Não temos direito nem sabedoria para questionar o Criador quanto aos seus propósitos. Foi isso que Deus ensinou a Jó (38-41) quando este o questionou por causa de seu sofrimento. Não podemos achar que somos juízes de Deus!
  - Afirmar que não conhecemos os motivos para a escolha divina não significa dizer que ela foi arbitrária ou aleatória. Talvez o motivo seja nossa própria desqualificação (1Co 1.27-29)! De qualquer modo, o caminho escolhido por Deus, embora incompreensível para nós, é o mais adequado e correto para manifestar “as riquezas da sua glória” (9.23).
- “remanescente” (9.27-29): após falar dos patriarcas (9.6-13), Paulo exemplifica com Moisés e com os profetas. Oseias anuncia a salvação aos gentios; e Isaías, a do remanescente; os dois enfatizam a decisão graciosa do Senhor.
- Considerações sobre a doutrina da eleição divina:
  - Se a escolha de Deus dependesse de qualquer atributo pessoal do crente, a salvação não seria puramente pela graça, pois dependeria de alguma obra ou característica do recebedor. A alternativa à eleição graciosa (livre-arbítrio) é pior porque atribui mérito à escolha humana. Rejeitar a doutrina da eleição não resolve a dúvida: por que Deus não salva todos se pode fazer isso?
  - A Bíblia ensina duas verdades paradoxais (antinomia):<sup>13</sup> 1) Deus é soberano sobre todas as coisas, portanto tudo o que acontece está debaixo de seu poder e direção (Rm 8.28; Ef 1.11). Isso inclui os menores detalhes e até as coisas ruins que acontecem, incluindo o pecado; 2) Todas as escolhas humanas são atos livres pelos quais somos responsáveis (Rm 9.30-33). Deus faz seu plano se cumprir por meio de nossas escolhas, sem destruir nossa responsabilidade. Nunca somos forçados por Deus a fazer algo que não queiramos; contudo, nossas escolhas possuem consequências e, ainda assim, cumprem o plano perfeito de Deus. Quando Deus ordena um resultado, ele também ordena os meios para alcançá-lo (nossas escolhas).
  - Deste modo, Paulo ensina aqui que somente Deus é responsável pela nossa salvação (Rm 3.11; 8.7), mas somente nós somos responsáveis pela nossa condenação. Essa assimetria paradoxal do evangelho rejeita o hipercalvinismo (Deus determina tudo) e o pelagianismo (o homem determina tudo).
  - A doutrina da eleição divina também é ensinada em outros textos (Ef 1.3-5; 1Ts 1.4-5; 2Ts 2.13-14; 2Tm 1.9; Jo 6.36-39,44; 10.25-28; 1Pe 1.1-2; At 13.48; 16.13-14).

## 2. A responsabilidade humana (9.30-10.21)

- Esta nova seção da argumentação de Paulo parece contradizer a anterior, pois aqui Paulo enfatiza a responsabilidade humana em sua incredulidade e não aceitação do caminho divino.
- “Que diremos?” (9.30-33): Paulo adianta seu argumento final. O povo de Deus no AT já tinha rejeitado o caminho de Deus, e só um remanescente se salvou pela graça de Deus. Por que seria diferente com os judeus do NT, que também rejeitaram o caminho de Deus?
  - Embora os gentios fossem perversos (“não buscavam a justificação”, 9.30) e os judeus tivessem

---

<sup>13</sup> Antinomia é uma aparente contradição entre leis ou princípios julgados válidos.

mais revelação e consciência da justiça desejada por Deus (9.31), Israel não a alcançou porque a buscava por suas obras (9.32).

- Há dupla ironia aqui: 1) os que mais sabiam sobre Deus fracassaram em conhecê-lo; ele se revelou aos que mal o reconheciam na criação. 2) os que mais queriam ser justos fracassaram nisso por usarem o método errado (obras); Deus justificou pela fé os gentios injustos.
- “tropeçaram” (9.32): a pedra de tropeço é Cristo (Mc 14.27; 1Pe 2.4-8; 1Co 1.23), pois para ser justificado precisamos renunciar à nossa justiça e aceitar com mãos vazias a do Messias.
- “súplica a Deus” (10.1): Paulo ora pelos judeus, apesar de terem rejeitado o evangelho. Nossas orações geralmente revelam os interesses de nosso coração.
- “zelo” (10.2-4): Paulo elogia o zelo dos judeus, pois se esforçam para obedecer a Deus. Contudo, não obedecem “com entendimento”. Não basta ser “sincero” ou “esforçado”; é preciso acatar a metodologia de Deus para ter acesso a ele.
  - Daqui podemos derivar a conclusão de que não importa quão sincera seja a sua devoção à religião errada (mesmo a judaica ou a cristã!), só há verdadeira reconciliação com Deus mediante o único caminho que o próprio Deus determinou (Jesus Cristo).
  - Zelo sem conhecimento é fanatismo! Não havia mera ignorância (falta de conhecimento) dos judeus, pois Paulo revela que eles “não se sujeitaram à justiça que vem de Deus” (10.3). Ou seja, não aceitaram a solução dada em Cristo, preferiram “estabelecer a sua própria justiça” (10.3; Fp 3.9). O fanatismo é um zelo que recusa a reflexão sincera, pois tem medo de renunciar às crenças tradicionais.
- “Moisés” (10.5-8): Paulo cita dois textos de Moisés para mostrar que, mesmo no AT, era possível alcançar a “justiça que procede da fé” (10.6). Não é preciso grandes proezas como subir ao céu ou cruzar o mar; antes, está a palavra de salvação está próxima: na boca e no coração (Dt 30.11-14).
- “boca... coração” (10.9-10): Paulo define que é necessário confessar a verdade da salvação com a boca (atitude exterior) e crer também de coração (atitude interior).
  - Qual é o conteúdo desta palavra de salvação? Que Jesus é Senhor e que Deus o ressuscitou, ou seja, a pessoa e a obra de Cristo. A fé salvadora é transferir toda a confiança que temos em nossos esforços de justiça própria para aceitar a justificação oferecida por Cristo a nós.
  - Paulo não está sujeitando a salvação à confissão pública da fé (“profissão de fé”), mas sim indicando que a fé interna deve ser proclamada com a boca (onde há liberdade para isso) e que a fé falada deve estar embasada em uma realidade interior.
- “invocar” (10.11-15): todos precisam crer (invocar o nome do Senhor) para serem salvos. Ao citar Jl 2.32, Paulo aproveita para mostrar a importância da evangelização para levar as pessoas a ouvirem e crerem no que Deus fez em Jesus.
- “nem todos obedeceram” (10.16-21): Paulo cita mais textos do AT para comprovar que Israel ouviu claramente o anúncio da salvação por meio da fé na obra futura do Messias. Contudo, escolheram não obedecer a esta simples mensagem de Deus. Apesar da contínua oferta divina, que estendia diariamente suas mãos a Israel (10.21), eles são desobedientes e rebeldes!
  - Paulo revela que Deus já havia anunciado em Moisés (Dt 32.21) e Isaías (65.1) que a salvação chegaria a outros povos para fazer ciúmes a Israel!

### **3. O futuro de Israel (11.1-36)**

- Paulo argumentou que Deus é soberano ao escolher quem crerá no evangelho (capítulo 9) e que somos responsáveis e culpados por rejeitar a Deus (capítulo 10). Ele conclui, portanto, que os judeus são responsáveis por sua rejeição porque escolheram a justificação pelas obras e recusaram

a obra de Cristo. No capítulo 11, Paulo argumenta que Deus não rejeitou completamente Israel, pois a incredulidade deles não é completa. Este é um dos capítulos mais difíceis da Bíblia!

- “Deus rejeitou o seu povo?” (11.1-6): De modo nenhum! Paulo argumenta que, por sua graça duradoura, Deus mantém um remanescente fiel em Israel. Ele exemplifica com sua própria conversão e com a crise de Elias (1Rs 19.10-18). Deus faz isso porque escolheu graciosamente Israel (“a quem de antemão conheceu”).
- “a eleição” (11.7-10): Paulo reafirma que só a eleição (escolha) de Deus é que levou alguns à justificação. Por seu próprio orgulho, os demais foram endurecidos e não conseguiram perceber o caminho da salvação. Em outras palavras, Deus ofereceu a Israel o caminho da justificação pela fé (na obra futura do Messias), mas a maioria preferiu confiar na justificação por suas próprias obras e méritos, rejeitando o método divino. Os que aceitaram a justificação pela fé se revelaram ser os “eleitos” (os que foram escolhidos).
  - Mais uma vez, a busca desesperada pela justiça própria para ser aceito por Deus leva pessoas religiosas muito sinceras a rejeitar o evangelho, porque oferece gratuitamente aquilo que se esforçam tanto para comprar.
- “salvação chegou” (11.11-16): Paulo explica que a rejeição do evangelho pelos judeus (sua “transgressão”) fez com que a salvação fosse proclamada aos gentios. Havia o perigo de manter a salvação restrita apenas para os judeus (como aconteceu no AT).
  - A salvação dos gentios provoca ciúmes em Israel. Aqui “ciúmes” é um desejo benéfico de ter também o que o outro já possui (ou seja, sem prejudicar o outro). Os judeus verão as promessas do AT se cumprir entre os gentios e, dessa forma, crerão.
  - No final, haverá uma reconciliação em grande escala dos judeus com Deus (veja v. 25-27). As primícias (11.16) são os primeiros judeus convertidos ao evangelho, como Paulo.
- “enxertado” (11.17-24): os cristãos gentios não devem se orgulhar por terem sido escolhidos em lugar dos judeus, pois Israel é a oliveira verdadeira na qual os gentios (oliveira brava) foram enxertados. Jesus é a raiz que sustenta todos os ramos; por isso os gentios não devem se vangloriar de estarem na oliveira, pois todos os ramos são sustentados por essa raiz (11.18).
  - Na horticultura, pode-se revigorar uma oliveira que não dá frutos com um enxerto de oliveira silvestre, a fim de que a seiva enobreça o enxerto e toda a árvore frutifique novamente.
  - Os gentios são beneficiários da árvore original (Israel), por isso não devem desprezar os ramos cortados (os judeus incrédulos), por dois motivos: 1) Porque também podem ser cortados se forem incrédulos (11.19-22); 2) Porque Deus pode enxertar novamente os judeus que crerem no evangelho (11.23-24).
  - A fé que Deus gerou em nós não significa presunção e orgulho de ser justo. Esse foi o erro de Israel, pois achou que estava salvo por ser eleito e não precisava mais obedecer a Deus. Paulo nos adverte a não cairmos no mesmo erro, sempre tendo temor do Senhor (11.22).
- “todo o Israel” (11.25-32): Paulo afirma que todo o Israel étnico será salvo por meio do Libertador (Jesus)! Isso não significa todos os judeus, mas sim “Israel como um todo”. De qualquer modo, refere-se a um grande contingente de judeus. Não fica claro se esta conversão se dará por meio de um grande avivamento final ou progressivamente ao longo do tempo.
  - Além de desarmar o possível orgulho dos gentios (que até virou antisemitismo!), Paulo encoraja o amor e a pregação do evangelho aos judeus não cristãos.
  - “todos” (11.32) não significa aqui “todo ser humano” (universalismo)<sup>14</sup> e sim que todos os povos – judeus e gentios – são pecadores (“encerrou todos na desobediência”) e todos receberão

---

<sup>14</sup> Ensina que Deus salvará a todos no final da história.

misericórdia.

- “profundidade” (11.33-36): Paulo termina sua argumentação com uma doxologia (louvor a Deus). Após todo o ensino doutrinário dado, ele espontaneamente explode em adoração ao Senhor.
  - Sua adoração se baseia nas Escrituras (ele cita o AT)! A adoração cristã não é um esvaziar da mente para contemplar o infinito, mas sim a meditação nas verdades da própria Palavra de Deus e a sua proclamação!
  - Sua adoração revela que não precisamos entender o que Deus é ou faz para louvá-lo! Ora, se pudéssemos compreendê-lo, não seria verdadeiro Deus.

## **E. A PRÁTICA DA JUSTIÇA DE DEUS (12.1-15.13)**

- “Portanto” (12.1): Como é seu costume em várias epístolas, na última parte da carta Paulo passa para as aplicações práticas das doutrinas ensinadas. Suas exortações se embasam no evangelho que foi apresentado antes.

### **1. Servir no corpo de Cristo (12.1-21)**

- “pelas misericórdias de Deus” (12.1): Paulo resume todo o evangelho nesta expressão para indicar que devemos nos entregar completamente a Deus em gratidão pelo que fez por nós em Cristo. A motivação fundamental para a vida cristã é a gratidão a Deus pelos seus atos de misericórdia.
  - Nossa motivação não pode ser um senso de dever, nem o medo de perder a salvação. Essas motivações distorcem o relacionamento com Deus e se enfraquecem com o tempo, especialmente diante do sofrimento.
- “sacrifício vivo” (12.1): Paulo usa a metáfora da oferta do nosso corpo (como em 6.13,19) para indicar total consagração de nossa vida ao Senhor. O sacrifício “vivo” sugere uma dedicação contínua durante a vida (Lc 9.23).
  - “agradável”: o evangelho redireciona nosso propósito de vida, pois agora vivemos para agradar a Deus. Só conseguimos agradá-lo porque ele nos olha através de Jesus (Gl 3.27).
  - Contrariamente ao pensamento grego, Paulo não considera a matéria má, por isso fala tanto do “corpo” (12.1) quanto da “mente” (12.2). Devemos consagrar todo o nosso ser a Deus.
  - “culto racional”: nossa consagração total a Deus é uma conclusão lógica e racional de nossa compreensão do evangelho.
- “renovação da mente” (12.2): Paulo resume aqui o grande princípio transformador da vida cristã. Deus (por meio do Espírito Santo) renova a nossa mente (Ef 4.23) para que possamos viver com ele. Essa renovação envolve sempre dois passos, um negativo e outro positivo.
  - “não vivam”: no passo negativo, constantemente somos exortados a deixar o padrão do mundo, que é o da nossa natureza pecaminosa (6.6; Ef 4.22; Cl 3.9; 1Pe 1.14).
  - “experimentar”: no passo positivo, precisamos praticar a vontade de Deus, ou seja, adotar o padrão de Deus para a vida (Rm 13.14; Ef 4.24; Cl 3.10), obedecendo aos seus mandamentos. Isso significa meditar nos princípios bíblicos e incorporá-los na vida diária (Cl 3.16). A mente só pode ser renovada se o estudo da Palavra de Deus for intencional!
- “pense de si mesmo” (12.3): a renovação da mente inclui recalibrar nossa autoestima, isto é, ter uma visão correta e equilibrada acerca de nós mesmos e de nossa capacidade.
  - “além do que convém”: Paulo sempre exorta contra a vanglória e o orgulho (12.16). Temos a tendência de valorizar nossas virtudes e menosprezar os outros por seus defeitos. A confissão humilde de nossas limitações nos permite depender dos outros e de Deus para alcançar resultados desejados na vida.

- “com moderação”: o contexto revela que a autoestima equilibrada envolve a percepção correta de nós mesmos em relação ao que Cristo fez (“medida da fé”) e em relação à nossa função no corpo de Cristo (“diferentes dons”).
- A obra de Cristo iguala todos os cristãos como pecadores e inimigos de Deus que foram salvos unicamente pela graça divina. Não podemos nos estimar muito alto se lembrarmos continuamente que somos pecadores incapazes de fazer o bem (7.24). Também não podemos nos estimar muito baixo se lembrarmos continuamente que fomos resgatados pelo precioso sangue de Jesus e que somos transformados diariamente pelo Espírito Santo à imagem do Filho (2Co 3.18).
- “muitos membros” (12.4-8): por um lado, somos todos iguais; por outro lado, somos diferentes, pois cada membro tem uma função no corpo (1Co 12.14-27).
  - “segundo a graça” (12.6): os dons são dados por Deus (1Co 12.11) e visam a “um fim proveitoso” (1Co 12.7). Recebemos habilidades para servir aos outros; não devemos deixar de cumprir nossa função no corpo. Praticar o nosso propósito na igreja (serviço nos ministérios) traz equilíbrio à nossa autoestima.
  - As listas de dons e ministérios apresentadas pelo NT não são completas e definitivas. Antes, ilustram tipos diferentes de dons.
- Como você pode discernir os seus dons?
  - 1) Reflita sobre as suas habilidades e limitações já demonstradas na vida. Considere os seus interesses (“por quais áreas da vida me interesso?”, “quais problemas chamam a minha atenção?”) e sentimentos (“o que gosto de fazer?”).
  - 2) Teste os dons que acha que possui no serviço aos outros. Considere as necessidades atuais da sua igreja local para testar dons que sejam úteis (12.13). Em geral os dons ficam evidentes quando participamos dos ministérios da igreja. Se após certo tempo de serviço (meses, pelo menos) não houver clareza quanto aos dons, é bem provável que não seja seu dom principal. No entanto, converse com a sua liderança: talvez Deus o chame para ficar nessa posição até que o devido membro do corpo assuma a sua função.
  - 3) Analise o testemunho dos outros acerca de suas habilidades e limitações. Quando realmente temos um dom em determinada área, isso fica evidente aos outros e eles comentam a respeito.
- “amor” (12.9-10): o amor cristão (ágape) não pode ser hipócrita ou fingido (2Co 6.6). Muitos crentes fingem ser cordiais e amorosos, mas escondem seu rancor e preconceito e, às vezes, espalham calúnias e fofocas.
  - Parece ser falso amar sem sentir o amor pelos outros. Contudo, a Bíblia nunca nos ordena a sentirmos amor e sim a agir amorosamente de modo prático (veja 12.20). É o contínuo exercício do amor que transformará o nosso coração para desenvolvêrmos um sentimento de amor. Amamos porque Deus nos amou primeiro (1Jo 4.19-21,11-12). Essa é uma realidade experimentada em muitos casamentos arranjados pelos pais, em que os noivos só se conheceram no dia do casamento. A hipocrisia que se condena aqui não é a ausência de um sentimento de amor, mas sim a presença do mal (ódio, desprezo) disfarçada como amor.
  - O verdadeiro amor reflete o caráter de Deus, por isso odeia o mal e se apega ao bem. Para os profetas, isso estava totalmente associado à justiça social (Am 5.15).
  - Nosso amor humano pode distorcer nossa compreensão do que é certo ou errado (veja o exemplo de Salomão, 1Rs 11.1-8). Ao idolatrar a pessoa amada, queremos lhe dar prazer emocional e evitar confrontos (algo muito comum na criação de filhos). Todavia, o medo de confrontar a pessoa amada revela um amor falso, que é um desejo egoísta de ser amado e um medo de perder a fonte desse suprimento de amor. Isso é amar o amor recebido; pode até ser uma codependência psicológica (comportamento doentio). O amor verdadeiro confronta o erro da pessoa amada (Pv

27.17; Hb 12.7-8), visando o bem dela, mesmo com o risco de perder o relacionamento.

- “amor fraternal” (12.10): o amor aos irmãos na fé deve ser similar aos dos irmãos de sangue.
- Paulo lista diversas exortações (12.11-16) no relacionamento mútuo dentro da igreja: honrar, ter zelo, alegria, paciência, perseverança, suprir necessidades, receber outros nas casas, abençoar, pensar igual.
  - “honra” (12.10): preferir os outros a nós mesmos é uma atitude de sacrifício que reflete o caráter de Deus e o que ele fez por nós. Também significa respeitar o outro como imagem do próprio Criador. De modo prático, quer dizer considerar as necessidades dos outros antes das nossas (Fp 2.3-4).
  - As demais exortações enfatizam ações concretas ao outro, com paciência e perseverança. Envolver-se na vida de outras pessoas sempre dá trabalho.
- “inimigos” (12.17-21): tal como o amor aos irmãos, o amor aos inimigos não depende do sentimento, mas se manifesta em ações práticas (12.20). O princípio básico é de vencer o mal pela prática do bem (12.17,21), entregando toda vingança ao Senhor (12.19).
  - Retribuir o mal com o mal é perder a batalha. Só podemos vencer o mal fazendo o bem a quem nos causa danos. Essa é uma ordem bem difícil de ser cumprida. Quando usamos as mesmas táticas ou armas do mal para vencê-lo, nos tornamos maus também, pois elas nos corrompem.
  - O primeiro beneficiário de pagar o mal com o bem somos nós mesmos, pois cortamos a contaminação do mal em nosso coração. Não ficamos infectados com o seu ódio. Bom exemplo é o caso real da comunidade Amish que perdoou o homem que invadiu a escola da comunidade com raiva de Deus e, por isso, matou 5 meninas e feriu outras 5 em outubro de 2006.<sup>15</sup>
  - O segundo possível beneficiário dessa ação sacrificial é o próprio malfeitor, pois assim amontoamos “brasas vivas sobre a cabeça dele” (12.20; cf. Pv 25.21-22). Nossas repetidas ações amorosas (que perdoam e não buscam vingança; pelo contrário, agem concretamente em benefício do outro) vão se amontoando e fazendo pressão sobre a pessoa que nos faz mal, de modo que ela precisará reagir: ou endurecerá mais, ou se arrependerá do que faz.
  - Só o evangelho nos capacita a fazer isso. Precisamos lembrar sempre que: 1) Deus agiu graciosamente conosco, quando éramos seus inimigos (5.8); 2) Deus continua agindo assim hoje, quando erramos; 3) Somos tão pecadores quanto o malfeitor, que ainda não foi transformado por Deus; 4) Somos amados e protegidos por Deus e dele é a vingança, portanto não precisamos revidar a quem nos faz mal; 5) Somos capacitados a amar pelo Espírito Santo (5.5).

## 2. Servir como cidadão do Estado (13.1-14)

- “autoridades” (13.1): Após tratar do relacionamento com outros cristãos e inimigos, Paulo se volta para a relação do cristão individual com o Estado. As “autoridades superiores” aqui se referem às instâncias do governo civil.
  - Paulo não define aqui como deve ser a relação entre Igreja e Estado, nem fala a governantes ou magistrados cristãos.
  - Essa seção se conecta com a anterior, pois somos chamados a vencer o mal com o bem (12.21). Agora Paulo exemplifica a prática do bem com a boa cidadania.
- “porque” (13.1-7): Paulo dá três razões para nos sujeitarmos ao governo.
  - 1) Porque foi instituído por Deus (13.1-2). A providência soberana de Deus (Dn 4.17) estabelece quem está no governo a cada momento. Veja exemplos em Is 45.1-4; Jr 27.6-7. O

---

<sup>15</sup> Esta história é bem retratada no ótimo filme “Graça e perdão” [original “Amish grace”] de 2010, que é baseado no livro homônimo escrito por Donald Kraybill, um cristão estudioso dos Amish.

governante ímpio nunca poderá frustrar os planos de Deus! Afinal, ele está sujeito também ao julgamento de Deus.

- 2) Porque é o modo correto para a sociedade funcionar (13.3-5). Se não houver um governo que imponha a ordem e determine punições, cada um fará o que quiser e isso gerará o caos social. A autoridade é “agente da justiça” (13.4) para punir os malfeiteiros e promover o bem social.
- 3) Porque lhe é devido (13.6-7): devemos pagar os impostos porque as autoridades realizam o serviço de governar a sociedade. Somos ainda cidadãos deste mundo e não apenas cidadãos do reino de Deus (Fp 3.20), por isso devemos arcar com os custos da vida terrena em sociedade.
- É uma sujeição absoluta ao governo? Paulo falava do governo romano, que não era cristão. Mas deixa pistas acerca das limitações dessa sujeição.
  - “Deem a cada um o que é devido” (13.7): um eco do ensino de Jesus que limita a esfera de autoridade do governo civil (Mt 22.21). O governante não tem autoridade absoluta, não é uma divindade que deve ser adorada. Há uma lei maior que determina suas ações e o julga, e esta é a lei de Deus.
  - “é serva de Deus” (13.4): fica implícito aqui o mesmo princípio. Como servos de Deus, os governantes precisam acatar a ordem moral de Deus. Quando isso não acontece, é dever do cristão desobedecer à autoridade (At 5.29). Veja exemplos em Ex 1.17; Dn 3.4-6; 6.7.
  - “dever de consciência” (13.5): nossa sujeição ao governo deve ser controlada pela nossa consciência cristã, ou seja, pelos princípios absolutos de Deus. Nossa motivação não é o medo da punição. Esse medo leva à sujeição absoluta em governos tirânicos ou perversos, gerando ações incorretas com a justificativa de “só estar cumprindo ordens”. Livres deste medo, podemos dizer não a ordens corruptas ou perversas, pois respondemos antes a Deus. Da mesma forma, se só agimos pelo medo da punição, podemos fazer coisas erradas (como passar do limite da velocidade máxima) quando achamos que não haverá punição. Se agimos por dever de consciência, faremos sempre o correto por temor a Deus.
- “respeito” (13.7): a sujeição deve incluir o respeito à posição de autoridade do governante, ainda que o governante seja mau. Mesmo se houver necessidade de desobediência civil, ainda é devido o respeito e a honra a quem é autoridade.
- “não fiquem devendo” (13.8-10): esta nova seção continua a exposição ao cristão sobre a prática do bem na sociedade (12.21) e se conecta com a anterior na questão de cumprirmos o nosso dever: primeiramente com o Estado (13.1-7), agora com todas as pessoas (13.8-10). Devemos buscar o *shalôm* (bem-estar, prosperidade) da cidade em que moramos (Jr 29.7). Isso significa ações de justiça social e de misericórdia, ações de promover o bem público.
  - Paulo atrela essa prática do amor à lei de Deus (13.8). A lei de Deus contém suas instruções sobre como devemos amar as pessoas. Ao mesmo tempo, o amor cumpre a lei (13.10). Obedecer aos mandamentos de Deus é amar e vice-versa (Jo 14.21,23).
  - Agir “com amor”, portanto, não significa desobedecer à lei de Deus. Por exemplo, alguns acham que é preciso mentir para não ferir a pessoa com a verdade. Paulo adverte que não podemos pensar que somos mais sábios que Deus ao determinar o que machuca ou não alguém.
  - Portanto, na prática do bem, precisamos sempre obedecer à lei de Deus, sem nos comprometer com os padrões corruptos da sociedade. Não nos amoldamos ao padrão do mundo (12.2), mas também não nos isolamos nas igrejas, pois precisamos ser luz e sal (Mt 5.13-16).
- “o tempo” (13.11-14): Paulo afirma que devemos conhecer “o tempo” (“em que vivemos”, complementa a NVI, porque ele “se abrevia” (1Co 7.29; 1Pe 4.7).
  - Paulo não está defendendo que o final do mundo (tempo presente) viria logo, mas sim que esta vida terrena é passageira e efêmera em comparação com o reino eterno que logo virá. É por isso

que o Pregador declara que é melhor estar num funeral do que numa festa (Ec 7.2,4). Precisamos focar constantemente naquilo que é eterno (Cl 3.1-2), no que durará para sempre.

- Por isso ele exorta ao abandono dos desejos carnais (13.13-14) e à prática das coisas celestiais (13.12), revestidos das “armas da luz” (2Co 6.7; Ef 6.11). Paulo finaliza retornando ao tema básico de que devemos nos comportar como Jesus (13.14).

### **3. Viver na igreja com opiniões diferentes (14.1–15.13)**

- Paulo aplica o evangelho ensinado a um problema específico da congregação de Roma. Havia divisão entre os cristãos romanos quanto a quais assuntos eram fundamentais ao evangelho e quais eram apenas preferências pessoais. Era uma situação muito similar à dos dias atuais.
- “opiniões” (14.1): são as questões de consciência sobre as quais a Palavra de Deus não é clara (ou seja, nem proíbe, nem recomenda ou ordena que sejam feitas). Ou seja, a princípio são coisas cuja prática é permitida (mas que não há plena concordância entre os cristãos).
  - “comer de tudo” (14.2): em Roma, alguns crentes entendiam que não deviam comer carne, ou seja, só comiam vegetais. Consideravam certas comidas como impuras (14.20), quase certamente ao seguir as leis ceremoniais do AT (Lv 11; Dt 14).
  - Outro assunto polêmico era que alguns crentes guardavam certos dias como “mais importantes” que os outros (14.5).
  - “beber vinho” (14.21): para alguns a restrição alimentar incluía não beber vinho.
- “fraco na fé” (14.2): Paulo qualifica os crentes que impõem restrições à conduta cristã (“usos e costumes”) como “fracos”, pois adicionam obrigações (obras) ao evangelho. Esquecem que o evangelho é graciosamente oferecido e mantido independentemente de nossa conduta. Se entendemos corretamente a justificação pela fé, questões de conduta como comida e bebida e dias santos se tornam irrelevantes.
  - Paulo não afirma que o “fraco” tem uma fé fraca. De fato, em geral é um crente fervoroso, pois tenta agradar a Cristo em tudo o que faz. Contudo, seu apego à lei os faz impor a si mesmos e aos outros determinados comportamentos legalistas como necessários à vida cristã.
  - Os “fortes na fé” (15.1) são os que ensinam que o cristão é livre para comer e beber tudo. Como isso se aplica hoje às bebidas alcoólicas e ao fumo, geralmente proibidos em muitas comunidades cristãs?
  - Ao contrário de 1Coríntios 8, aqui os fracos parecem ser os cristãos judeus, apegados à lei do AT (na disputa corintiana, estes eram os fortes). Não eram judaizantes (como em Gálatas). Essa comparação nos mostra que a posição correta não depende do grupo étnico, pois este pode estar certo numa questão, mas errado noutra.
  - Conclui-se, pois, que os “fracos” são os cristãos de todas as épocas que defendem costumes culturais e/ou religiosos (não ordenados na Bíblia) como essenciais para a vida cristã.
- “desprezar” (14.3-12): é fácil ao forte desprezar o fraco por suas noções simplórias. Também é fácil ao fraco condenar o forte porque acha que ele age em pecado. Paulo exorta aos dois grupos que não julguem o outro grupo, pois todos são salvos por Cristo e vivem para ele (14.8).
  - Todos “temos de comparecer diante do tribunal” (14.10): cada um deve se concentrar em sua própria conduta, pois responderá diante de Deus por ela. Não devemos fixar nossa atenção na conduta do outro.
  - Em suma, Paulo nos exorta a tratarmos os outros como Deus os trata, pois ele os acolheu (14.3). Precisamos deixar que o Senhor julgue (14.4) os seus servos (quanto às “opiniões”), não nós. A todo momento, o forte deve lembrar que Jesus morreu também pelo fraco (14.15).

- “opinião bem definida” (14.5): devemos refletir sobre nosso comportamento e tomar nossa decisão pessoal a respeito das coisas que a Bíblia nos deixa livres para decidir.
  - Muitas pessoas são legalistas (defendem costumes específicos) porque não estudaram suficientemente a Bíblia! Cada um deve meditar bastante e reconhecer que pode estar errado nestas questões de consciência!
  - “guarde para você” (14.22): nestas questões controversas, é melhor cada um guardar a sua opinião para si mesmo, em vez de tentar impor a sua posição sobre os outros. Não há impedimento para um diálogo amistoso, mas Paulo sugere que a igreja não foque nestas coisas.
  - Um bom princípio é “escrever a lápis” (porque dá para apagar e mudar mais fácil) as doutrinas e determinações da igreja que são baseadas em demorada reflexão sobre estas “questões de consciência”. Novas informações ou a mudança da sociedade ao longo do tempo podem gerar uma reflexão nova e diferente sobre o mesmo assunto. Por isso, é melhor não “escrever à caneta” (ou seja, de forma permanente).
- “põe tropeço” (14.13-23): o cristão forte não deve gerar obstáculo para o fraco.
  - Embora Paulo defenda que tudo é puro (14.14,20; Tt 1.15) – em especial a comida (1Tm 4.1-5; cf. Mc 7.14-15; At 10.15,28) –, para o fraco há coisas impuras. Portanto, se ele cometer essas coisas que acha serem impuras, fica condenado, porque faz contra a sua própria fé (14.22-23).
  - Assim, o forte prejudica o fraco ao praticar o que este entende ser errado. Isso acontece de várias formas: 1) o fraco cai em um espírito condenatório e quebra a comunhão (14.3); 2) o fraco se entristece e isso demonstra que o forte não agiu com amor (14.15); 3) o fraco se escandaliza e vacila em sua fé (14.15), ou seja, não é edificado pelo que o forte fez e a obra de Deus é desconstruída na vida do fraco (14.20). Isso pode acontecer porque o fraco tenta imitar o forte e suprimir a sua própria culpa em praticar o que acha errado; acostumando-se a suprimir sua consciência, isso pode levá-lo a praticar outras coisas erradas que a Bíblia condena.
  - O fraco não chega a perder sua fé, pois nada pode separá-lo do amor de Cristo (8.38-39). Porém, pode ficar bem mais enfraquecido.
  - Paulo insiste que o reino de Deus não consiste em regras sobre comida e bebida (14.17), mas sim em buscar um caráter transformado à semelhança de Jesus (8.29). Portanto, é essencial ao reino limitarmos nossas opções de comida e bebida por amor ao fraco que se escandaliza com algumas coisas (14.18-21). É o que ele resume em 15.1.
- “acolham” (15.1-13): Paulo resume tudo na questão do amor e do acolhimento mútuo (15.7). Devemos sempre agir em tudo para edificar a vida dos irmãos (15.2), mesmo que isso signifique “não agradar a nós mesmos” (15.1).
  - Exemplo: na adoração o forte pode aceitar diversos estilos musicais, mas talvez o fraco só consiga aceitar alguns. Assim, o forte deve edificar o fraco limitando as suas opções; o fraco deve ser encorajado a estudar mais a Bíblia para repensar a sua posição.
  - Este princípio é amplo e serve para toda a vida cristã. Em tudo (15.2) devemos buscar primeiramente edificar a vida do próximo (que inclui os incrédulos).
  - Nosso exemplo supremo em servir aos outros é o próprio Jesus (15.3; Mc 10.45). Ele veio para trazer a reconciliação com Deus a judeus (15.8) e a gentios (15.9-12). Derrubou a parede de separação entre os povos (Ef 2.14-18).
  - Um bom teste para ver quão profundamente você entende e vive o evangelho é verificar o quanto você ama as outras pessoas, apesar de suas grandes falhas. Se “Cristo nos acolheu” com nossas falhas (15.7), também devemos acolher os outros.
- “foi escrito” (15.4): as Escrituras foram registradas para o nosso ensino; portanto, tudo nela pode

ser aplicado às nossas vidas (2Tm 3.16). Elas também geram em nós esperança pelos seus exemplos de perseverança (paciência) e encorajamento (consolação).

- “Ihes conceda” (15.5): fortes e fracos têm sua responsabilidade em cumprir sua parte, mas é o próprio Deus quem gerará unidade entre os irmãos fortes e fracos. A verdadeira unidade da igreja não vem quando a buscamos, mas sim quando nos empenhamos em seguir a Cristo. Assim, Paulo termina esta seção com uma oração (15.13).

## **F. CONCLUSÃO (15.14–16.27)**

- Esta última seção da epístola apresenta os planos missionários de Paulo (15.14-33) e suas saudações finais a diversos grupos da igreja de Roma (16.1-16).

### **1. Planos de Paulo (15.14-33)**

- Paulo lista os motivos de ter escrito à igreja de Roma.
- “são aptos” (15.14): Paulo confia na maturidade dos romanos, mas resolve lembrá-los da importância destes princípios na vida cristã (15.15).
- “ministro” (15.16): Paulo aproveita e anuncia a graça recebida de ser o apóstolo aos gentios. Consequentemente, ele possui autoridade para escrever a carta que envia à igreja de Roma.
- “encargo” (15.16): o evangelismo aos gentios é um encargo para Paulo, uma responsabilidade, um dever. E isso lhe traz muita alegria (15.17). Seu objetivo é apresentar os gentios como uma “oferta” agradável a Deus. Assim, o fruto do evangelismo é a adoração a Deus.
- “conduzir à obediência” (15.18): o objetivo do evangelismo não é a mera conversão, mas sim a vida totalmente transformada pela obediência aos mandamentos de Jesus (Mt 28.20).
  - Paulo explica que seu ensino se dá “por palavra e por obras”. Sua vida precisava ser (e era) coerente com o seu discurso. Seu evangelismo era “encarnado”, ou seja, o evangelho pregado estava completamente incorporado em suas atitudes e ações. Aprendemos mais com os olhos do que com os ouvidos.
- “não onde” (15.20-21): a estratégia missionária de Paulo era a levar o evangelho a regiões sem cristãos. Ele priorizava as cidades maiores (15.19,23) e, depois de firmado o evangelho ali, considerava toda a região semeada. Deixava para outros a tarefa de propagar o evangelho das cidades centrais para as menores ao redor.
- “para a Espanha” (15.22-24): Paulo deseja evangelizar a Espanha, mas quer antes passar em Roma para visitar a igreja e receber dela apoio financeiro para a sua viagem.
- “coleta” (15.25-29): Paulo vai antes entregar a coleta levantada entre os gentios a favor dos pobres da igreja em Jerusalém (At 19.21; 1Co 16.1-4). Por isso pede orações (15.30-33).

### **2. Saudações finais (16.1-27)**

- Paulo termina a epístola com uma saudação a 26 pessoas específicas e a grupos reunidos da igreja. Ao citar várias mulheres, ele demonstra que eram bem ativas e influentes na igreja.
- A citação de vários grupos em Roma (16.5,10-11,14-15) revela que a igreja local se subdividiu em diversos grupos pequenos.
- “afastem-se deles” (16.17-18): Paulo se preocupa com o ensino de possíveis falsos mestres, que pregam em discordância com o evangelho e buscam servir a si mesmos.
- “seja dada glória” (16.25-27): após saudações de seus companheiros de ministério (16.21-24), Paulo termina a sua epístola glorificando a Deus. Ele relembra pontos já comentados na introdução (1.1-17) sobre o que é o evangelho e o que ele faz.

## **Resumo da epístola**

Paulo – servo e apóstolo consagrado ao evangelho prometido no AT sobre Jesus, o Filho de Davi e o Filho de Deus, para o anunciar aos gentios e promover fé obediente – aos romanos: graça e paz. Agradeço a Deus pois a fé de vocês é conhecida. Sempre oro por vocês, aguardando visitá-los para nos edificarmos mutuamente e anunciar o evangelho em Roma. O evangelho é o poder de Deus para salvação do crente e a justiça de Deus que produz vida pela fé.

Os seres humanos optaram por suprimir a verdade manifesta na criação acerca do seu poder e divindade. São indesculpáveis por não glorificar a Deus e optar por ídolos. Em sua ira, Deus os entrega a si mesmos, em paixões vergonhosas e pensamentos reprováveis.

Quando você julga o outro, condena a si mesmo por praticar as mesmas coisas, acumulando evidências contra si para o dia do juízo final, que retribuirá a cada um segundo suas obras. Quem peca sem lei será julgado segundo a lei gravada em seu coração e consciência, quem peca sob a lei será julgado pela lei. Mesmo os judeus são condenados porque transgridem a lei, embora sejam especiais por terem recebido a revelação especial de Deus. Pois a circuncisão só tem valor quando há obediência aos preceitos da lei. De fato, é judeu todo aquele que obedece a lei e a circuncisão que importa é a do coração, pelo Espírito.

Nossa injustiça evidencia a justiça de Deus em nos condenar. Assim, todos os seres humanos, judeus e gentios, são pecadores e culpados diante de Deus. Ninguém se justifica por obras. Antes, Deus justifica o pecador gratuitamente pela fé em Jesus, pois Jesus já expiou todo pecado por meio do seu sangue, satisfazendo a justiça divina. Não é possível nos orgulharmos, porque somos justificados somente pela fé, não pelo que fazemos.

Abraão não foi justificado por Deus pelo que fez, mas sim por sua fé, quando ainda era incircunciso. A circuncisão é símbolo da fé que teve, por isso ele é o pai dos crentes obedientes. A promessa divina foi dada a todos os que creem, pela graça, não só aos herdeiros físicos. Abraão creu que Deus era poderoso para cumprir sua promessa; isso lhe foi atribuído para justiça. Também nós seremos justificados ao crermos naquele que ressuscitou a Jesus.

A justificação nos traz paz com Deus, acesso à sua graça e esperança da glorificação. Deus derrama seu amor em nosso coração pelo Espírito Santo. Isso se prova por Jesus ter morrido por nós pecadores e ter nos reconciliado com Deus por sua morte. Assim seremos salvos por sua vida. Pois a morte e o pecado alcançaram toda a humanidade por meio da desobediência de Adão. Mas a graça divina é dada a todos pela obediência do segundo Adão, Jesus, que justifica a muitos. Pois onde há muito pecado, há ainda mais graça.

Isso não significa que podemos continuar no pecado para que haja mais graça. No batismo, nos identificamos com a morte e a ressurreição de Cristo. Nossa velha natureza foi crucificada e somos ressuscitados para nova vida. Não somos mais escravos do pecado – morremos para ele –, mas vivemos para Deus. Não podemos obedecer às paixões do pecado, mas devemos nos oferecer a Deus como instrumentos de justiça. De fato, somos servos da justiça, não mais do pecado, e o fruto da justiça é a santificação que conduz à vida eterna.

Pois a lei só domina os que estão vivos. Ao morrer, a esposa está livre do marido. Também morremos para a lei para pertencermos a Jesus e frutificarmos para Deus. A lei é boa e nos faz conhecer o que é pecado, mas nossa pecaminosidade nos faz desobedecer à lei e merecedores da morte. Pois agimos conforme nossa natureza pecaminosa e não conseguimos realizar o bem que queremos fazer, apenas o mal que não queremos. Sofremos uma luta interior em nosso ser. Quem pode nos livrar disso? Só Jesus!

Portanto, não há mais condenação para os crentes em Jesus. Deus enviou seu Filho encarnado para cumprir a exigência da lei e nos livrar do pecado e da morte. Vivemos em justiça pelo Espírito Santo, que habita em nós. Todos os guiados pelo Espírito são filhos de Deus, adotados pelo

Pai. Aguardamos a glorificação futura que libertará a criação do seu cativeiro e nos livrará completamente do pecado. Enquanto isso, o Espírito nos ajuda em nossa fraqueza, interpretando nossas orações, pois não sabemos orar como convém. Enfim, Deus faz tudo cooperar para nosso bem, de forma a nos conformar à imagem de Jesus e formar uma família de muitos filhos. Em Deus somos vencedores e temos todas as coisas necessárias. Nada nos separará do amor de Cristo.

Quanto aos israelitas, sinto grande tristeza. A verdadeira descendência de Abraão são os filhos da promessa, não os da carne. Deus soberanamente escolheu Isaque e Jacó para exercer sua misericórdia. Não podemos questionar sua vontade e sua decisão quanto aos vasos criados: uns foram criados para ira, outros para misericórdia. Israel falhou porque buscou a justiça de Deus por meio das obras. Desejo que sejam salvos, pois têm zelo, mas sem entendimento. Não entenderam que a lei no fim leva à Cristo para justificação do crente. Quem invoca a Deus para salvação, crendo no seu Messias, será salvo. Mas muitos não creram na pregação do evangelho. Será que Deus rejeitou seu povo? Não, Deus persevera e será fiel às suas promessas, preservando pela graça um remanescente fiel. A transgressão dos israelitas fez a salvação chegar aos gentios para lhes gerar ciúmes. Os gentios são enxertados na oliveira no lugar dos ramos quebrados por sua incredulidade. Isso não é motivo de orgulho, mas sim de temor e gratidão. Se os israelitas crerem, serão enxertados novamente na oliveira. A sabedoria de Deus é inexplicável e insondável!

Portanto, vivamos segundo a vontade de Deus, pela renovação contínua da mente. Cada um pense com moderação sobre si mesmo, agindo com amor, segundo o dom recebido de Deus, e servindo aos outros. Todos se sujeitem às autoridades, pois procedem de Deus. O amor cumpre toda a lei. Vivamos dignamente, revestidos de Jesus. Acolham os fracos na fé, respeitando os que pensam de modo diferente em suas crenças, pois todos vivem para o Senhor. Não julguem os outros e não escandalizem os mais fracos, contribuindo para a edificação mútua.

Escrevi a vocês para lhes expor o evangelho que ministro aos gentios, buscando divulgá-lo em regiões novas. Por isso desejo ir à Espanha e peço o apoio de vocês, após entregar a coleta financeira dos crentes gentios à igreja de Jerusalém. Saúdo aos grupos da igreja aí. A graça de Jesus esteja com vocês e ao Deus único seja toda a glória.

## Bibliografia<sup>16</sup>

- \*\*ABERNATHY, David. **An exegetical summary of Romans 1–8.** 2 ed. Dallas: SIL International, 2008.
- BONHOEFFER, Dietrich. **Discipulado.** São Paulo: Mundo Cristão, 2016.
- BRAY, Gerald (org.). **Romans.** Ed. rev. Downers Grove: InterVarsity, 1998. (Ancient Christian Commentary on Scripture).
- \*BROWN, Derek R.; Twist, E. Tod. **Romans.** Bellingham: Lexham, 2014. (Lexham Research Commentaries).
- CALVIN, John. **Commentary on the epistle of Paul the apostle to the romans.** Bellingham: Lexham, 2010 [1539].
- \*CRANFIELD, C. E. B. **A critical and exegetical commentary on the epistle to the romans.** 2 v. Edimburgo: T. & T. Clark, 1975. (International Critical Commentary).
- HACK, Jonathan Luís. **Para que você serve?** Um convite a refletir. Florianópolis: do autor, 2020.
- \*\*HARVEY, John D. **Romans.** Nashville: B. & H. Academic, 2017. (Exegetical Guide to the Greek New Testament).

<sup>16</sup> Moo (NIVAC, p. 31-33) apresenta uma bibliografia comentada muito útil.

- \*HENDRIKSEN, William. **Exposition of Paul's epistle to the romans.** 2 v. Grand Rapids: Baker, 1980. (New Testament Commentary, 12–13).
- \*\*KELLER, Timothy. **Romanos 1–7 para você.** São Paulo: Vida Nova, 2017. (A Palavra de Deus para você).
- \*\* \_\_\_\_\_. **Romanos 8–16 para você.** São Paulo: Vida Nova, 2017. (A Palavra de Deus para você).
- LEWIS, Clive Staples. **O grande divórcio:** um sonho. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2020.
- \_\_\_\_\_. **O peso da glória.** Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.
- \*\*LONGENECKER, Richard N. **The epistle to the romans:** a commentary on the greek text. Grand Rapids: Eerdmans, 2016. (New International Greek Testament Commentary).
- \*\*MOO, Douglas J. **The letter to the romans.** 2 ed. Grand Rapids: Eerdmans, 2018 [1996]. (New International Commentary on the New Testament).
- RIDDERBOS, Herman. **A teologia do apóstolo Paulo:** a obra clássica sobre o pensamento do apóstolo dos gentios. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.
- \*\*SCHREINER, Thomas R. **Romans.** Grand Rapids: Baker, 1998. (Baker Exegetical Commentary on the New Testament).
- \*STOTT, John R. W. **The message of Romans:** God's good news for the world. Downers Grove: InterVarsity, 2001. (The Bible Speaks Today).

## Guia de estudo e revisão – Rm 1 a 4

Responda as questões abaixo. Lembre-se de responder **em suas palavras**, consultando as notas de aula fornecidas pelo professor, mas sem copiá-las. Sua resposta deve usar corretamente a gramática e deve deixar claro o seu raciocínio teológico.

1. Por que Romanos é a epístola teologicamente mais importante do NT?
2. Cite exemplos de pessoas importantes impactadas pela sua leitura de Romanos.
3. Em que contexto histórico (data, local, ocasião) foi escrita a carta? Para quem?
4. Quais foram os três propósitos de Paulo ao escrever Romanos?
5. Identifique alguns temas importantes presentes na epístola.
6. Apresente a estrutura básica de Romanos.
7. Por que Paulo faz uma saudação mais extensa no começo de Romanos?
8. Qual é a leitura adocionista de Rm 1.4 a evitar? Explique (segundo a ortodoxia cristã) a mudança de posição de Jesus após sua ressurreição (o que era antes, como ficou depois).
9. Identifique na expressão “Senhor Jesus Cristo” os três elementos básicos do evangelho.
10. Explique a relação entre fé e obediência em Rm 1.5. Como isso se relaciona com Mt 28.19-20?
11. Como o evangelho é ofensivo às pessoas?
12. Esclareça o duplo sentido da expressão “justiça de Deus” em Rm 1.17.
13. Por que Paulo começa sua apresentação do evangelho em Rm 1.18–3.20 com o pecado humano?
14. Contra o que a ira de Deus se revela? Explique os termos usados por Paulo em Rm 1.18.
15. Segundo Rm 1.19-20, o que a criação revela sobre Deus? O que isso demanda das pessoas?
16. Como o pecado afeta o raciocínio humano (Rm 1.21-25)?
17. Fomos criados para adorar. Desenvolva um parágrafo explorando este tema (Rm 1.23-25).
18. Exponha como Deus expressa seu juízo sobre os pecadores (Rm 1.24-31).
19. Defina e justifique bíblicamente a doutrina reformada da depravação total (Rm 1.29; 3.23).
20. Por que Paulo condena quem julga os outros (Rm 2.1-3)? Há exceções a esta regra?
21. Explane como os moralistas ignoram e rejeitam a obra de Deus (Rm 2.4).
22. Por que Deus retribuirá a cada um segundo suas obras (Rm 2.6)? Paulo está defendendo uma justificação pelas obras? Como isso se encaixa no seu ensino da justificação só pela fé?
23. Esclareça os dois extremos em relação às obras: o legalismo e o antinomismo (Rm 2.6-10).
24. Como Deus julgará os gentios que nunca tiveram acesso à sua revelação na Bíblia (Rm 2.12-16)? Por que isso é justo?
25. De que modo os judeus “repousavam” na lei (Rm 2.17)? Por que erraram ao fazer isso?
26. Justifique por que o “ministério da pá” (Rm 2.21) é uma aplicação incorreta do ensino bíblico.
27. Por que o moralista “desonra a Deus” (Rm 2.21-24)? Como o nome de Deus é blasfemado assim?

28. Atualize a crítica de Paulo sobre a circuncisão (Rm 2.25) para os crentes atuais. De que modo eles caem no mesmo erro dos judeus?
29. Qual dos filhos de Mt 21.28-32 se compara ao cristão nominal (Rm 2.26-29)? Por quê?
30. Por que a incredulidade dos judeus não invalida as promessas de Deus (Rm 3.1-4)?
31. Esclareça por que não devemos “praticar males para que venham bens” (Rm 3.7-8).
32. O que significa “não existe pecadinho ou pecadão”? Em que contextos isso é correto ou errado?
33. Ninguém busca a Deus por iniciativa própria (Rm 3.11). Desenvolva e explique.
34. Justifique por que o bem promovido pelos incrédulos não conta diante de Deus (Rm 3.12).
35. Para que serve a lei de Deus (Rm 3.19-20)? Como ela leva ao “pleno conhecimento do pecado”?
36. Diferencie o cristianismo das outras religiões quanto à necessidade de ser bom (Rm 3.21-24).
37. Qual é a diferença entre a fé justificadora (Rm 3.22) e “crer que Deus existe” ou a “fé na fé”?
38. A justificação é dada “gratuitamente” (Rm 3.24). O que, então, podemos apresentar a Deus para sermos aceitos em sua presença?
39. Como o Deus justo consegue justificar o pecador (Rm 3.24)?
40. Defina os termos “adunação”, “propiciação” e “exiação” (Rm 3.25) em relação à obra de Jesus.
41. Por que foram “deixados impunes os pecados” do AT (Rm 3.25)? De que forma o crente do AT era perdoado por Deus se o seu pecado não era removido?
42. Esclareça como Deus é ao mesmo tempo justo juiz e justificador do pecador (Rm 3.26).
43. Por que o verdadeiro crente não pode ser orgulhoso (Rm 3.27)?
44. De que modo o crente “confirma” a lei (Rm 3.31)? Ou seja, para que serve a lei hoje?
45. Paulo argumenta que Abraão poderia se gloriar se tivesse sido justificado por suas obras (Rm 4.2). Por que poderia fazer isso? Isso valeria algo diante de Deus?
46. Defina o termo “imputado” (Rm 4.3) e exemplifique na vida de Abraão ou do crente atual.
47. Explique o que Paulo quis dizer com “trabalha” e “não trabalha” (Rm 4.4-5) em relação a obter a justiça/justificação de Deus.
48. Segundo Davi, por que o pecador justificado pode ser feliz (Rm 4.6-8)?
49. Como Paulo prova que Abraão não foi justificado pela sua circuncisão (Rm 4.9-12)?
50. Por que a promessa de Deus é “garantida” (Rm 4.16)?
51. De que forma Abraão creu num “Deus que vivifica os mortos” (Rm 4.17)? E como creu num “Deus que chama à existência as coisas que não existem” (Rm 4.17)?
52. Esclareça como a fé se posiciona “contra toda esperança” (Rm 4.18).

## Guia de estudo e revisão – Rm 5 a 8

Responda as questões abaixo. Lembre-se de responder **em suas palavras**, consultando as notas de aula fornecidas pelo professor, mas sem copiá-las. Sua resposta deve usar corretamente a gramática e deve deixar claro o seu raciocínio teológico.

1. Qual é a diferença entre a “paz com Deus” (Rm 5.1) e a “paz de Deus” (1.7)?
2. A obra de Cristo nos dá “acesso pela fé” (Rm 5.2) ao quê? Desenvolva a ideia.
3. Relacione os três benefícios apresentados por Paulo (Rm 5.1-2) com as três doutrinas básicas do evangelho e os aspectos temporais da salvação (passado, presente e futuro).
4. Por que podemos nos gloriar “nas tribulações” (Rm 5.3)? Descreva o que a tribulação produz em nós.
5. Como Deus prova o seu amor para conosco (Rm 5.6-8)? Como Paulo vai além do que João falou?
6. De que forma Paulo defende que o crente perseverará até o fim (Rm 5.9-10)?
7. Como o entendimento do evangelho gera alegria em nós (Rm 5.11)? Como isso nos direciona quando sofremos críticas ou acusações?
8. Como Paulo descreve a sequência de eventos da Queda (Rm 5.12)?
9. Defina e justifique a doutrina da solidariedade humana (representatividade geral) implícita na expressão “todos pecaram” (Rm 5.12).
10. Explique por que é uma boa notícia termos representantes gerais (Adão e Jesus) ao lidar com Deus (Rm 5.14).
11. Relacione algumas diferenças entre a obra de Adão e a de Cristo (Rm 5.15-19).
12. Como “muitos se tornarão justos” (Rm 5.19) pela obediência de Jesus? Justifique.
13. O que significa “morremos para o pecado” (Rm 6.2)? O crente não peca mais?
14. Como o batismo nos identifica com a morte e a ressurreição de Jesus (Rm 6.3-4)?
15. Relacione três diferenças entre a morte de Cristo e sua vida ressuscitada (Rm 6.8-10).
16. Se já morremos para o pecado, por que devemos nos “considerar mortos” para ele (Rm 6.11)?
17. A vida cristã consiste em deixar as coisas erradas e praticar as coisas certas (Rm 6.11-14). Explique este princípio e exemplifique.
18. Sempre somos servos de algo. Sempre adoramos algo ou alguém (Rm 6.16). Justifique.
19. Por que ser cristão significa obedecer de coração à doutrina do evangelho (Rm 6.17)?
20. Quais são os resultados dos dois tipos de obediência apresentados por Paulo (Rm 6.19-22)?
21. É possível desenvolvermos virtudes? De que forma? (Rm 6.19-22)
22. Esclareça a analogia do casamento com a lei e com Cristo usada por Paulo (Rm 7.1-6).
23. Qual é o propósito principal da lei de Deus (Rm 7.7-13)? O que ela nos revela?
24. Qual é o propósito secundário da lei de Deus (Rm 7.5)? Como ela funciona para o crente hoje?
25. De que forma a lei incita nosso desejo de fazer o que é proibido (Rm 7.7)?

26. Quais são as evidências apresentadas para se entender que Paulo fala de sua luta interior como cristão (Rm 7.14-25)?
27. Por que é mais provável que o crente maduro se sinta mais pecador (Rm 7.14-25)? Justifique.
28. Descreva a luta interior de Paulo (Rm 7.14-25). Quais são os lados em combate?
29. Por que essa luta interior só acontece com o crente e não com o incrédulo (Rm 7.24-25)?
30. De que forma essa luta interior exorta contra o legalismo e contra a libertinagem (Rm 7.24-25)?
31. É possível um crente voltar a estar debaixo da condenação (Rm 8.1)? Justifique.
32. Associe as etapas da luta contra o pecado com as três doutrinas básicas da salvação (Rm 8.2).
33. Como funciona nossa relação com a lei hoje? Estamos livres ou não de obedecer à lei (Rm 8.4)?
34. De que forma podemos vencer a luta interior contra o pecado (Rm 8.5)?
35. Defina e exemplifique o que é mortificação do pecado (Rm 8.12-13).
36. Todas as pessoas são filhas de Deus? O que precisamos fazer para sermos adotados por Deus (Rm 8.15)?
37. Relacione alguns privilégios de quem é filho adotivo de Deus (Rm 8.15-17).
38. O que a criação aguarda (Rm 8.19)? Qual é a relação da criação com a Queda e com a glorificação dos crentes?
39. O que são as “primícias do Espírito” (Rm 8.23)? Quando receberemos o fruto completo?
40. Explique a expressão teológica “já, mas ainda não” e exemplifique na vida do cristão (Rm 8.23).
41. Por que “não sabemos orar” (Rm 8.26)? Como deveríamos orar?
42. Qual é o segredo principal da perseverança do crente (Rm 8.28)? O que precisamos entender?
43. Qual é o “bem” final que Deus produzirá na vida dos crentes (Rm 8.28-30)?
44. Explique como Paulo sossega nossa ansiedade existencial (Rm 8.31-39).